



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA JOSÉ ALMEIDA SANTOS

VIOLENCIA PSICOLÓGICA CONTRA AS MULHERES: a presença desse fenômeno
junto às discentes de um curso numa Universidade Pública na Bahia.

CACHOEIRA – BA

2019

MARIA JOSÉ ALMEIDA SANTOS

VIOLENCIA PSICOLÓGICA CONTRA AS MULHERES: a presença desse fenômeno
junto às discentes de um curso numa Universidade Pública na Bahia.

Monografia apresentada ao Colegiado de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Marcela Mary José da Silva

CACHOEIRA – BA

2019

MARIA JOSE ALMEIDA SANTOS

**VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA AS MULHERES: a presença desse fenômeno
junto às discentes de um curso uma Universidade Pública na Bahia.**

Cachoeira-BA, aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Marcela Mary José da Silva
(Orientador – UFRB)

Assistente Social Ana Mércia da Silva Santos
(Membro Externo - Especialista)

Prof.^a Me. Marcia da Silva Clemente
(Membro Interno – UFRB)

**Dedico à Elitânia de Souza da Hora;
E a todas as mulheres que já sofreram ou
ainda sofrem violência psicológica.
A elas eu digo: não percam a esperança
de que dias melhores virão.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu adorado Deus por todo cuidado, misericórdia e providência, permitindo assim que eu terminasse esse ciclo. A Ti toda honra e glória! Estendo agradecimentos a Virgem Maria por todo cuidado e intercessão durante toda essa jornada.

A minha amada mãe, Roquelina, por todo amor, amizade e paciência. Te amo profundamente, obrigada por ser sol na minha vida.

Ao meu pai, por mostrar que nunca é tarde para ser uma pessoa melhor. Amo-te. Ao meu padrasto José Carlos por todo cuidado e torcida pela minha felicidade.

A minha amada irmã, Maria Beatriz, por toda orientação, amizade, cuidado e amor. Te amo muito!

Aos meus outros irmãos, em especial Moisés e Sandra, por sempre me tratar com carinho e amor. Amo vocês!

A todos os familiares, em especial Regina e Rosane por todo incentivo e compreensão, a minha prima Bárbara por todo apoio e generosidade, a minha tia Raquel que desde sempre me motivou a estudar, enfim agradeço a todos que de alguma forma contribuiu ou torceu por mim. Amo muito a todos.

Ao meu amado esposo William, sem o seu apoio, compreensão, incentivo, cuidado e amor seria mais difícil. Ao meu amado filho Benício, um guerreiro, que venceu todas as adversidades e hoje nos alegra com seu sorriso, te amo demais.

A minha amada cunhada Carina, pelas orações, cuidado e carinho. Aos meus sogros Antônio e Antônia pela acolhida e cuidado. Deus os pague por todo bem feito a me.

A minha orientadora Marcela Mary, agradeço a acolhida, compreensão, e incentivo, durante todo o processo de construção deste trabalho. Sua orientação de forma leve, organizada, atenciosa fez toda diferença.

A professora Márcia Clemente e a Assistente Social Mércia, agradeço por aceitarem compor minha banca e por todas as contribuições.

Aos colegas do curso de Serviço Social, em especial Josiane, Luciana, Selma. Cada um de alguma forma marcou minha vida, serei sempre grata pela vida de todos.

Ao anjo que o CAHL me apresentou: Marluci, obrigada pelas partilhas, orações e todo incentivo durante todo curso e agora na reta final. Amo você!

Agradeço ao amigo/irmão Leandro por ter sido um motivador durante o tempo que estava no curso, por todo apoio e incentivo durante este processo. Além de jornalista, és um ser humano admirável.

A todos que conheci no CAHL (docentes e discentes), pois de alguma forma acrescentaram na minha vida, me despertando a ser uma pessoa melhor.

Por fim, agradeço a todos os amigos e conhecidos que oram, torcem e se alegram com a concretização dos meus sonhos.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar e situar o leitor acerca da violência psicológica contra as mulheres universitárias do curso de serviço social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Perante este tema e os estudos de como acontece a violência psicológica no meio universitário, surge a necessidade de se aprofundar nessa temática a fim de contribuir para o debate de forma, torná-la mais visível, diante da compreensão acerca da experiência vivida por essa modalidade de violência de gênero. Utilizando como arcabouço teórico um breve apanhado da história das mulheres, estudos sobre patriarcado, machismo e gênero, assim como leituras sobre movimentos feministas, revisão bibliográfica da lei Maria da Penha e outras legislações. Em vista de contribuirmos para o debate com a seguinte questão: Discutir a experiência de violência psicológica vivida pelas discentes de um curso universitário. Com isso, almejamos corroborar e dar voz às vítimas, falando de que forma essa violência psicológica ocorre no cotidiano da universidade e as dificuldades que elas encontram ante essa realidade. Para tal dividimos o trabalho em Introdução, e três capítulos, dentre os quais, dois são de conteúdos teóricos acerca da história das mulheres, análise sobre patriarcado, machismo e subjugação feminina, contribuições do movimento feminista, gênero, a violência no contexto geral violência doméstica e familiar, violência psicológica, violência dentro da universidade, Lei Maria da Penh, sendo o terceiro é voltado para o campo da pesquisa, onde sistematizamos os dados das entrevistas realizadas de forma online. Expusemos de forma breve a criação da UFRB e quando foi criado o curso de Serviço Social na instituição e realizamos as análises das falas das mulheres que vivenciaram a violência psicológica no âmbito universitário, com o intuito de contribuir para maior visibilidade da violência psicológica, com intenção de criar mecanismos de superação da mesma.

Palavras-chave: Violência psicológica; Mulheres; Lei Maria da Penha; Universidade.

ABSTRACT

The present work aims to investigate and place the reader about the psychological violence against university women in the social service course of the Federal University of Recôncavo da Bahia(UFRB).Regarding this theme and the studies of how psychological violence happens in the university environment, the need arises to deepen this theme in order to contribute to the debate in a way that makes it more visible, given the understanding of the lived experience for this modality of gender violence. Using as theoretical framework a bit of women's history, studies on patriarchy, machismo and gender, as well as readings on feminist movements, literature review of Maria da Penha law and other legislations. In order to contribute to the debate with the following question: discuss the experience of psychological violence lived by the students of a university course. With this, I aim to corroborate and give voice to the victims, talking about how this psychological violence occurs in the daily life of the university and the difficulties they encounter in face of this reality.For this we divided the work in introduction, along with three chapters, of which two are of theoretical content about women's history, analysis of patriarchy, machismo and female subjugation, contributions of the feminist movement, gender, violence in the general context domestic and family violence, psychological violence, violence within the university, Maria da Penha law and the third is focused on the research field where we systematized the data from the interviews conducted online.We briefly report the creation of UFRB and when the Social Work course was created at the institution and we analyzed the statements of women who experienced psychological violence, in order to contribute to greater visibility of psychological violence with the intention of creating mechanisms to overcome it.

Keywords: Psychological Violence; Women; Maria da Penha Law; University.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo da violência.....	24
Figura 2: Tabela referente a pesquisa do Instituto Avon.....	29
Figura 3: Quadro do Atlas da Violência 2019.....	32

LISTA DE SIGLAS

TCC I- Trabalho de Conclusão de Curso I

TCC II – Trabalho de Conclusão de Curso II

CAHL – Centro de Artes Humanidades e Letras

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

OMS- Organização Mundial da Saúde

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher

ONU- Organização das Nações Unidas

CEDAW-

OEA-

SPM-Secretaria de políticas para as Mulheres

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PROPAE- Pro- Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Semestre.....	44
Gráfico 2: Trabalho.....	45
Gráfico 3: Faixa etária.....	46
Gráfico 4: Raça.....	47
Gráfico 5: Opção sexual.....	48
Gráfico 6: Constragida.....	49
Gráfico 7: Opinião.....	50
Gráfico 8: Alvo violência.....	51
Gráfico 9: Dentro.....	52
Gráfico 10: Quem foi.....	52
Gráfico 11: Fora.....	54
Gráfico 12: Quem praticou.....	54
Gráfico 13: Sofreu assédio.....	55
Gráfico 14: Alguma colega sofreu.....	55
Gráfico 15: Você já.....	56
Gráfico 16: Você considera importante.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	16
1.1 Um olhar sobre a mulher, gênero, patriarcado e dominação feminina.....	16
1.2 Feminismo e gênero, uma discussão necessária	24
1.3 Violência contra a mulher: um fenômeno antigo e atual	26
2 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	31
2.1 A Violência Psicológica... O início de tudo?	34
2.2 “Tem que meter não só a colher”. Lei Maria da Penha e as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.....	39
3 MULHERES UNIVERSITÁRIAS E A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	43
3.1 Procedimentos metodológicos.....	43
3.2 Aspectos éticos da pesquisa.....	45
3.3 O ambiente da pesquisa	45
4 RESULTADO E ANÁLISE DAS MULHERES UNIVERSITÁRIAS E A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS- CAHL	47
4.1 O perfil socioeconômico das estudantes universitárias do CAHL	47
4.2 As percepções das universitárias do CAHL sobre a violência psicológica.....	50
4.3 A violência psicológica sofrida pelas mulheres no ambiente universitário	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

O problema da violência contra a mulher perpassa a história, devido à desigualdade que existe nas relações entre homem e mulher. Esta por sempre ter sido vista como um ser sensível e delicado, não teria condições de assumir as mesmas funções que os homens avocassem no ambiente familiar ou na sociedade, como nos aponta (PRIORE, *et al*, 2009, p.434.)

Em um contexto onde predominava o modelo de família patriarcal a mulher foi induzida a adotar uma postura submissa, sendo ao longo da história subordinadas aos homens e às regras impostas pela sociedade. Como nos diz (NARVAZ e KOLLER, 2006) “as diversas formas de discriminação e de violência contra as mulheres são manifestação de relações de poder historicamente desiguais”. Um comportamento enraizado na cultura patriarcal e machista, onde os homens ditavam as normas que as mulheres deveriam obedecer, não possuindo assim poder de escolha para sua vida, sendo obrigada a atender em tudo os mandos masculinos.

No entanto para Bellini (2018) “o que intensifica a violência além do machismo é o preconceito pela sua raça, classe social, idade e escolaridade”. Pois, segundo ela, uma mulher negra de classe popular sofre mais que uma mulher branca de classe alta, no entanto as duas sofrem violência (2018, p.27). Por isso se trata de um problema antigo e ao mesmo tempo atual, que não faz distinção de raça ou status social, no entanto a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) trouxe um novo olhar para essa realidade, quando denominou a violência doméstica e familiar sendo toda e “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

Segundo Casique e Furegato (2006) “a violência que sofre a mulher tem permanecido em silêncio, devido ao de fato de ser considerada como algo natural e privado”. E vemos essa naturalização de forma mais grave no que tange principalmente a violência psicológica seja ela praticada dentro do lar ou em outros espaços, por ser sutil e cometida pelo companheiro ou pessoas próximas, nem sempre é compreendida como violência, o que dificulta o reconhecimento dessa prática tanto no ambiente doméstico quanto no público. Casique e Furegato (2006) confirmam quando dizem que “na violência de gênero, os agressores são pessoas próximas as agredidas ocorrendo em espaços privados ou públicos”.

Desta maneira, este trabalho de conclusão de curso, objetiva fazer uma discussão sobre a experiência de violência psicológica vivida pelas discentes de um curso universitário. E como objetivos específicos esperar-se analisar os aspectos acerca das múltiplas expressões da

violência contra a mulher; ressaltar como ocorre a violência psicológica contra a mulher e discutir de que forma acontece a violência no meio universitário contra a mulher.

Considerando a importância das universidades nos processos de aprendizagem e emancipação humana, buscando formar indivíduos em várias dimensões, sendo um espaço democrático e com participação política. Deste modo, pretende-se compreender de que forma ocorre a violência psicológica dentro deste espaço onde impera o conhecimento científico e tecnológico.

Sabemos, no entanto que apesar de tantas discussões acerca das várias expressões da violência em sala de aula e fora, para Bellini (2018, p.29) “a violência contra a mulher em ambiente universitário é tema recente e ainda controverso, submetido à negação de sua ocorrência e à lentidão de tomada de posição pelas universidades”.

A partir da pesquisa bibliográfica e das entrevistas realizada com as discentes de um curso universitário, procurou-se o entendimento sobre quais aspectos levam a ocorrência dessa violência e de que modo pode-se garantir atendimento as vítimas que tem dificuldade de acessar de forma rápida os mecanismos de defesa dos direitos nesses casos específicos.

O tema da violência de gênero contra as mulheres é algo que sempre me incomodou, principalmente a violência psicológica, desde a infância presenciara cenas de violência sofridas por pessoas próximas, como vizinhas e pessoas amigas, assim como as justificativas dadas pelo senso comum de que as mulheres apanhavam porque gostavam ou que não deixavam o relacionamento por que não queriam. No entanto a aproximação de forma mais profunda com esse tema se deu por meio de disciplinas como as que discutiam as questões sociais, movimento sociais, saúde mental e projeto de trabalho de conclusão de curso, onde se discutiu muito sobre a temática, o que me possibilitou um maior conhecimento de forma a modificar os pensamentos equivocados sobre os fatores que descodificam a violência perpetrada contra as mulheres.

Todavia foi na disciplina de tópicos em saúde mental, onde através do conhecimento adquirido eu pude verificar que estava sofrendo psicológica dentro do ambiente de trabalho onde me encontrava e que isso era um determinante para o adoecimento mental, entendimento esse que me fez procurar ajuda para conseguir romper com aquele ciclo de violência psicológica e moral, a partir daí decidir abordar essa temática, no entanto o recorte para o ambiente universitário se deu pela sugestão da professora Diane Brito no varal, promovido pela disciplina projeto de TCC I, sendo reforçada pela professora Marcela Mary no TCC II, a princípio tive um olhar de estranheza fazer uma pesquisa desta na universidade, por achar que era algo distante daquela realidade – pura inocência dessa iniciante na arte de pesquisar- por

esse motivo senti a necessidade de me aprofundar mais na apreensão de conhecimentos no que tange a violência cometida dentro de espaço universitário.

O arcabouço teórico usado neste trabalho, toma como referência para a base das discussões, autores como Mary Del Priori (2004), estudiosa da história das mulheres, assim como Michelle Perrot (2007), Simone de Beauvoir (1970), Safiotti (1987), Jean Scott(1989), Celi Pinto(2010), Ristoffi (2014), dentre outros.

No primeiro capítulo discutimos de forma breve a história das mulheres, como sua vida estava atrelada ao seu papel de mãe, baseado no modelo de família patriarcal e machista. Retratando a subjugação a qual as mulheres foram submetidas, falando sobre feminismo, gênero e discutindo de forma geral o fenômeno que a violência contra as mulheres.

O segundo capítulo, discutimos a violência psicológica, porém antes de adentrar de forma mais profunda nessa temática, começamos analisando a violência cometida dentro da universidade, trazendo para o debate uma pesquisa realizada em 2015, pelo instituto Avon sobre o assunto, de forma a clarear nossa discussão a posteriori. No tópico 2.1” A violência psicológica... o início de tudo? Caracteriza essa modalidade de violência, assim como discute a possibilidade desta está presente em todas as outras faces no que se refere as que são cometidas contra as mulheres. No tópico 2.2 Apresentamos a Lei Maria da Penha mostrando avanços e pontos que precisam de maior visibilidade.

O terceiro capítulo apresenta de forma sucinta a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), caracterizando um pouco do seu processo de criação e atuação na região a qual esta inserida. Todavia, para chegar obtenção destes objetivos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, por meio de um questionário elaborado em uma plataforma digital do Google Forms, onde 56 discentes do curso de Serviço Social responderam a pesquisa.

Portanto, o presente trabalho propõe a discussão a respeito da violência psicológica dentro do ambiente universitário. No entanto convém ressaltar que de modo algum essa pesquisa tem aspecto conclusivo, porém busca uma maior visibilidade e ampliação das discussões acerca desse tema que se mostra relevante e de certo modo invisível aos olhos da sociedade.

1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

1.1 Um olhar sobre a mulher, gênero, patriarcado e dominação feminina

A “história das mulheres” perpassa o tempo, sendo que estas sempre tiveram seu papel enraizado na família, vistas como pessoas criadas para procriar e cuidar da prole. Araújo (2004) diz que “na visão da sociedade misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher.” Entretanto, nesse encargo de engravidar nem tudo eram flores, devido à mortalidade de mulheres, sendo a taxa ao que parece superior á dos homens na Idade Media e na Época Moderna, uma vez que morriam muitas mulheres nos partos, a maternidade às vezes devastava, pois toda vez que ocorria dificuldades, era salvo a criança no lugar da mãe, principalmente nas primeiras cesarianas praticadas na Itália, outro fator que dizimou muitas mulheres no século XIX foi a tuberculose, principalmente as que pertenciam ao povo, por terem subnutrição crônica. (MICHELLE PERROT, 2007, p.42).

Portanto falar dessa história não é uma empreitada simples, pois a invisibilidade dada a essas mulheres, lhes reservando apenas ao ambiente doméstico, certamente constitui-se como um ato cruel, ríspido e perpetrador da violência, no sentido de negação de sua própria vontade e liberdade de decisão.

Michelle Perrot (2007) discute o porquê as mulheres são pouco vistas, argumentando ainda que existe um silêncio das fontes, trazendo para nós o fato das mulheres deixarem poucos registros escritos ou materiais, sendo umas das alegações o fato de terem tido uma escrita tardia. Sendo que suas produções domésticas eram destruídas ou dispersas, no movimento de desvalorização delas mesmas para com as suas produções, julgando não ter valor. Além disso, Perrot relata sobre o silêncio como algo consubstancial à noção de honra detidas pelas mulheres.

Vemos assim como a mulher sofreu com a invisibilidade, como se não possuísse outro talento para além da maternidade, como aponta Del Priore (2004) quando afirma que “no período colonial, todo o conhecimento médico existente sobre o corpo feminino dizia respeito à reprodução”. Ficando, portanto, desvalorizadas e despercebidas como cidadãs, uma vez que eram ensinadas desde cedo a assumir um papel subalterno em relação aos homens, até mesmo em sua sexualidade, a qual foi duramente reprimida, fazendo com que suas preocupações estivessem mais voltadas para o lar.

Conforme Araújo (2004) o adestramento da sexualidade, pressupunha o desvio dos sentidos pelo respeito ao pai, depois ao marido, tendo uma educação dirigida de forma

exclusiva para os afazeres domésticos. Michelle Perrot (2007) assinala que até o corpo das mulheres amedrontavam. Este fato elucida a razão para o controle excessivo da vivência da sexualidade, que nesse momento era dirigida somente ao intuito de procriar, isto é, a mulher não podia ter prazer, apenas obedecer a regras.

Esta realidade ocorre em um contexto onde predominava o molde de família patriarcal, no qual “a posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social”. (NARVAS E KOLLER,2006). A qual busca persistir até a contemporaneidade, porém com muito mais lutas contra este tipo de arranjo familiar, haja vista que há uma grande mudança neste sentido, já que a família passou por amplas modificações ao longo dos anos. Porém Oliveira (2009) diz que “apesar de todas as transformações, a nova família conjugal conserva traços típicos da família anterior: o de controlar a sexualidade feminina e preservar as relações de classe”.

Com isso, evidencia-se que apesar de tantos esforços empreendidos no sentido da amplitude da liberdade feminina, ainda há muitas modificações a serem feitas, começando pela mudança de pensamento a respeito dessa temática, ressaltando a importância de avançar cada vez mais na garantia dos direitos da mulher.

De acordo com Terezinha Souza, o patriarcado é compreendido como o poder que o homem exerce por intermédio dos papéis sexuais, que foi constituído de modo correlato com as sociedades de classe, precedendo o modo de produção capitalista, assumindo assim formas particulares de existência. Ainda de acordo com a autora “essa existência tão antiga do patriarcado, bem como as diversas faces que ele assume na história, valendo-se das diferenças culturais, históricas e de classes para se perpetuar, faz com que, às vezes, essa opressão – construída por meio de tão hábeis estratégias – pareça indestrutível (2015, p.475).

Entendemos que o homem sempre foi colocado em evidência, como um ser superior, o qual deveria direcionar a vida desta mulher que era tida como ser inferior, sem inteligência para gerir algo, além da casa e da criação dos filhos segundo a mentalidade dominante.

Samara Mesquita (2002) corrobora quando diz que “sabemos, no entanto, que apesar das variações nos modelos familiares, o dominante era o de famílias extensas baseadas nas relações patriarcais.”

Dentro deste modelo de família a mulher foi induzida a adotar uma postura submissa para se resguardar das delinquências dos homens do seu convívio. Segundo Felipe Miguel (2017) “na família como na sociedade mais ampla, as instituições patriarcais sofreram

transformações, mas a dominação masculina – uma categoria mais abrangente e menos específica – permanece”.

Já Simone de Beauvoir (1970) no livro *O Segundo Sexo* aponta que “foi um acontecimento histórico que subordinou o mais fraco ao mais forte: a diáspora judaica, a introdução da escravidão na América, as conquistas coloniais são fatos precisos.” Essa subordinação se dar, sobretudo por causa do movimento forçado para se tirar a liberdade desses povos, impondo seu poderio e em alguns casos suas crenças e valores. Podemos constatar isso quando Westin e Sasse (2013) relata um pouco do que aconteceu no Brasil no período colonial quando diz “na Colônia¹, no Império e até nos primórdios da República, a função jurídica da mulher era ser subserviente ao marido. Da mesma forma que era dono da fazenda e dos escravos, o homem era dono da mulher. Se ela não o obedecia, sofria as sanções.” Ainda nesse contexto, apresentam exemplos das brutalidades cometidas contra as mulheres nesse período:

As sanções eram pesadíssimas. Os arquivos paroquiais dos séculos 18 e 19 estão repletos de relatos de senhoras que apanhavam com varas cravejadas de espinhos, que eram obrigadas a dormir ao relento, que ficavam proibidas de comer por vários dias e até que eram amarradas ao pé da cama enquanto o marido, no mesmo aposento, deitava-se com a amante. As esposas eram tão brutalizadas que os bispos, em certos casos, atendiam-lhes as súplicas e concediam a separação de corpos (GELEDÉS, 2013).

De certa maneira, a mulher também era tida como uma escrava, alguém que não poderia ter vontade própria ou cuidar da sua própria vida, sendo atrelada em tudo ao poder daquele que se colocava como autoridade para todos os assuntos referentes à sua vida. Ademais, o espaço predominante para a mulher deveria ser o espaço doméstico, pois sendo dona de casa, ela teria a responsabilidade primordial de cuidar dos filhos e da economia doméstica, sendo imposto esse papel tanto para a mulher burguesa, quanto para a operária, determinando assim o espaço público para os homens e o privado para a mulher (CUNHA; ALVES, 2014, p.79).

Minayo (2005) considera que a visão do patriarcado reforça essa superioridade uma vez que na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material. Atualmente essa visão ainda prevalece em muitas famílias, onde a figura paterna é tida como alguém que deve provê o material para sua casa, mulheres e filhos,

¹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/na-epoca-brasil-colonial-lei-permitia-que-marido-assassinasse-propria-mulher/>. Acesso em 17/10/2019.

existem homens que até justificam suas falhas em outras áreas da vida conjugal com o argumento de que sua família não carece de nada material.

Outro aspecto importante é no que se refere à divisão sexual do trabalho, a princípio homens e mulheres trabalhavam no mesmo espaço, tudo era realizado de forma conjunta, sem separar o que era doméstico ou do trabalho em si. Tanto que no período que antecedeu as grandes fábricas, Terezinha (2015) relata que “ocorria um significativo aumento das indústrias domésticas e domiciliares para a confecção de mercadorias [...] combinando a produção doméstica e a de fora de casa.” Segundo Angela Davis(1981, p.27) “em geral, as mulheres eram uma força de trabalho completa.” Percebemos assim a jornada dupla da mulher desde muito tempo atrás.

Terezinha Souza relata que a supremacia masculina e o capitalismo constituem-se como os principais determinantes na constituição da opressão sofrida pela mulher. Essa supremacia ganhou novas formas no capitalismo com as importantes, porém epidérmicas, mudanças ocorridas após a 2º Guerra Mundial, devido o início das mulheres no mundo produtivo. Ao criar novas características de gênero feminino configuram-se novas expressões, por meio das quais a opressão se repõe e se esconde. (2015, p.487).

No que se refere a divisão sexual do trabalho, até na contemporaneidade vemos que é algo que mexe na estrutura dos relacionamentos doentios, uma vez que normalmente o homem teme a inserção da mulher no mercado de trabalho, para que não obtenha autonomia financeira e de algum modo consiga se desvencilhar da relação. Casique e Furegato corrobora quando diz:

Na atualidade, tem ocorrido aumento da participação das mulheres na atividade econômica. Esta inserção da mulher no mercado de trabalho tem provocado mudanças sociais dentro das instituições produtivas e dos lares. Apesar desta inserção, ainda ocorre discriminação nos empregos que desvalorizam a mulher, evitando sua ascensão. Com isto, o papel de provedor está sendo alterado pela independência econômica da mulher o que, sem dúvida, repercute nas funções dentro do lar, fato que tradicionalmente o homem não está disposto a aceitar. (CASIQUE E FUREGATO, 2006).

E apesar das várias mudanças ocorridas dentro dos lares, ainda vemos mulheres deixarem o sonho de conquistar a independência financeira, em prol de manter um “lar harmonioso”, com a desculpa que irá se dedicar ao cuidado dos filhos e da casa. Para Drumont (1980) [...] a mulher enquanto polo dominado assume a opressão de diferentes formas, na condição de vítima ela afirma cada vez mais a sua posição oprimida [...] por isso é

comum vemos mulheres vitimizadas pelos homens explicarem esse comportamento dados a elas, com a justificativa de que o fazem por inocência ou uma forma de protegê-las dos perigos que a vivência em coletivo oferece, evidenciando assim um retrato de uma sociedade patriarcal e machista.

Onde a subjugação das mulheres é latente, é importante ressaltar que o machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominância que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos.(DRUMONT, 1980, p.82).

Quando se fala de subjugação feminina, é imprescindível ressaltar o papel da religião nesse processo, quando, por exemplo, na tradição judaica cristã, se toma como referência a passagem bíblica do livro do Gênesis. Conforme Aparecida Lenartovicz:

As tradições religiosas têm um papel fundamental na perpetuação de pensamentos e práticas que inferioriza a figura feminina na sociedade. Certamente, pode-se apontar como um dos fatores que foi com base nas Escrituras bíblicas que se difundiu, no contexto ocidental, a cultura da marginalização da mulher, pois nos textos Sagrados relacionados à Criação encontramos Eva, a primeira mulher, que foi criada a partir da costela de Adão, o primeiro homem, que Deus teria criado primeiro; portanto, neste fato já existe uma tendência a priorizar a imagem masculina (2016).

Vemos assim a influência desse pensamento no que tange o relacionamento entre homens e mulheres, no fundo o polo dominante se apegou as passagens bíblicas que inferioriza as mulheres em relação aos homens para colocá-los como modelo para de alguma forma justificar os seus desmandos. Exemplo disso é o uso da citação de Paulo quando, o mesmo, diz: com efeito, o homem não foi tirado da mulher, mas a mulher do homem, e nem foi o homem criado para a mulher, mas sim a mulher para o homem. Por isso a mulher deve trazer o sinal da submissão sobre sua cabeça (I cor 11, 8-10). O que nos leva a um questionamento é o “esquecimento”, a não propagação de outro conselho do Apóstolo (EF 5,25 ss) “maridos, amai vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, para santificá-la[...] para apresentá-la a si mesmo toda gloriosa[...] assim os maridos devem amar suas mulheres, como a seu próprio corpo. Nos versículos seguintes ele complementa dizendo: “certamente, ninguém jamais aborreceu a sua própria carne”.

Portanto percebemos a necessidade de um resgate do verdadeiro pensamento religioso acerca das mulheres, para não mais para inferiorizar ou colocar as mesmas no papel de submissão servil, como se fosse empregada dos homens. Como nos mostra Mary Del Priori

(2013) “a relação de poder já implícita na escravidão se reproduzia nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica [...]

Na cultura Judaico-Cristã, a partir do contexto do Novo Testamento vemos a relação de dignidade dada às mulheres por Jesus Cristo, quando este realiza seu primeiro milagre através do pedido de uma mulher (Jo, 2,1-12) ou atende aos pedidos de mulheres que não eram da sua “tribo” (MT 15,28). Nessa perspectiva Aparecida Lenartovicz nos traz a visão de algumas tradições religiosas acerca das mulheres:

No gnosticismo há pergaminhos (Nag Hammadi) que se referem a Deus como Pai e Mãe afirmando o elemento feminino como divindade. O Jardim do Éden gnóstico aponta para uma inversão de valores. Eva é a mulher dotada de Espírito que instruída pela serpente traz a vida a Adão. Deus criador aparece com características humanas negativas, distante da concepção do Deus criador, sumo Bem. Ele amaldiçoa a mulher e a serpente. Na visão do espiritismo, homem e mulher são iguais perante Deus. O Livro dos Espíritos tem um item com o título Igualdade dos direitos do homem e da mulher. Qualquer discriminação contra o feminino é fruto do domínio injusto imposto pelo homem à mulher. “Os espíritos encarnam como homens ou mulheres porque não tem sexo.”² No islamismo temos o pedido de Maomé para que os homens sejam bons para com as mulheres. Como podemos notar a imagem que se faz de Deus condiciona todo um contexto cultural e traz consequências para a vida social. Resgatar o sagrado feminino é resgatar a face materna de Deus que foi sendo escondida com o passar do tempo pela imposição de uma cultura masculinizada (2016).

Entendemos que a visão machista está entranhada no seio religioso, fazendo com que a imagem positiva da mulher fique “escondida” ou pouco propagada. Segundo Saffiote (1987) a ideologia machista, que considera o homem um ser superior a mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos. Quando proibem os filhos de chorar ou exigem que as filhas se sentem de maneira comportada e com isso estão passando para a geração mais jovem este sistema de ideias que privilegia o homem em detrimento da mulher.

Drumont chega a dizer que o machismo pode ser considerado de uma forma genérica como um ideal a ser atingido por todos os homens e estimado ou invejado pelas mulheres.(1980,p.82).Isso se dar pela maneira autoritária com as quais os machistas se utilizam para impor suas regras e costumes para as mulheres, crianças ou idosos, que são tidos como seres mais frágeis.

Ainda segundo Safiotti, uma importante feminista e socióloga brasileira analisa o que é o máximo do exercício do poder do homem sobre a mulher quando diz:

O caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher pode ser caracterizada pelo estupro, ela diz que contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja, aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem direito de desejar, não tem direito de escolha. Pode parecer extravagante recorrer ao estupro, a fim de exemplificar o grau extrema de poder detido pelo homem em relação a mulher. Todavia, é preciso ponderar que: 1) há milhares de estupros ocorrendo diariamente na sociedade brasileira, grande parte dos quais de autoria dos próprios pais das vítimas; 2) há relações amorosas estáveis, legais ou consensuais, no seio das quais o estupro é a norma (1987, p.18).

Concordamos com a autora quando ela considera este crime como grau máximo do poder do homem sobre a mulher, uma vez que estamos falando de uma barbaridade sem justificativas, principalmente pelo fato de ser praticados também por pais e marido das vítimas, pessoas que deveriam colaborar para a felicidade, cometem uma violação para com o corpo da mulher que não está preparado para o ato sexual, o que lhe provoca dor no corpo e na alma, devido crueldade e pela falta de “punição para os estupros domésticos”.

Del Priore corrobora dizendo que o Código Penal de 1890 previa a anulação do casamento, caso o marido verificasse que a mulher não era mais virgem, as relações sexuais eram consideradas como um direito do casamento e por isso, o homem poderia usar de violência para realizá-las e o pior é que a esposa não poderia se queixar de estupro, só era permitido denunciar como um caso de “sodomia”, crime equivalente ao atentado ao pudor. “Afim esse tipo de prática só poderia ser realizada na rua” (2013, p.36).

Já Almeida (1996) pensa que “Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de acção, como tal acessíveis a homens e mulheres”.

Todavia sabemos que a consciência dessa capacidade de acção acessível a todos, era negada as mulheres, fazendo-as acreditar por um tempo que “nada” poderiam fazer para superar esses abusos e submissões.

Del Priore (2013) relata que na sociedade tradicional, a mulher não possuía condições ou status no ambiente fora do matrimônio, pois o mesmo era a única instituição que permitia a ela a chance de se realizar como um ser social.

O casamento servia, portanto, como uma forma de se manter útil para a sociedade, mesmo sofrendo opressão e privações. Relacionado a este tema Cunha e Alves apontam:

O encaminhamento do modelo de família segundo os ideais burgueses, que buscavam moldar a mulher para ser boa esposa e dona de casa,

principalmente para as moças de famílias abastadas. Para as mulheres da classe trabalhadora, esse modelo é manipulado por uma representação simbólica de esposa e dona de casa, uma vez que o trabalho remunerado é essencial para ajudar na sobrevivência da família (2014, p.80).

Desse modo, segundo Jane Almeida (1998) as mulheres manifestam “a necessidade de instruir-se e educar-se” e essa atitude constituía um dos principais anseios para sua liberação e uma forma de alterar um destino imposto pela sociedade moralizadora [...].

Almeida (1998) conclui que na realidade, o fim da educação² era preparar a mulher para atuar ainda mais no espaço doméstico e se encarregar do cuidado para com o marido e os filhos, não era cogitado que as mulheres pudessem desempenhar uma função assalariada. Pinto (2010) descreve que só a partir do ano de 1932 a mulher começou a aparecer na ordem da dominação, do mundo público, como uma pessoa, que deveria ser controlada, sendo assim estipulados os lugares onde a mesma poderia estar.

Percebemos que apesar da tentativa de esconder essa mulher, a ponto de torná-la um ser invisível para muitos, existe certo temor dela se descobrir tal como é e as coisas saírem do controle do ser dominante. Conforme Michelle Perrot (2007) “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas, ou seja, se caracteriza como garantia de uma cidade tranquila.

Nesse meio tempo foi alocada a mulher a função de educar as futuras gerações através do exercício do Magistério, apesar de seu principal papel ainda seria de mãe zelosa, de dona de casa, que cuidava dos princípios morais, para depois educar as crianças fora do lar. Para Almeida (1998) o magistério de forma primária, como ocupação fundamentalmente feminina revelada nesse período, deu oportunidade as mulheres mais especificamente da classe media que se alicerçava no panorama socioeconômico do Brasil, a chance para a entrada no mercado de trabalho, de forma que ela conciliasse as funções domésticas, a maternidade e o exercício de uma profissão.

² No campo educacional, pode-se considerar que o ano de 1890, quando se inaugurou em São Paulo a Escola-Modelo para servir de setor de prática de ensino para os normalistas, representou um marco na formação dos professores primários no Estado. Em 1846 havia sido criada em São Paulo a primeira Escola Normal, que foi, a princípio, destinada ao sexo masculino e cujo ingresso era vedado às moças. Trinta anos depois, em 1876, a abertura da sessão feminina da Escola Normal no Seminário da Glória representou a primeira via de instrução escolarizada institucional de nível médio aberta às mulheres no âmbito do ensino público (ALMEIDA, 1998, p.23).

1.2 Feminismo e gênero, uma discussão necessária

A história das mulheres só iria de fato dar uma engrenada com o advento do feminismo, que segundo o texto de Pinto (2010), foi um movimento que surgiu no final do século XIX, na Inglaterra e posteriormente nos Estados Unidos e Europa, onde surge com toda força, onde as mulheres elite, pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre elas e os homens, com a finalidade de lutar pelos seus direitos, sendo que o direito ao voto foi o primeiro a se tornar mais conhecido.

Pinto (2010) avalia que o feminismo aparece como um movimento libertário, que não luta só por um espaço para a mulher, seja ele no trabalho, na vida pública ou na educação, mas por uma nova maneira de se relacionar entre os homens e as mulheres, em que a mulher tenha o direito de decidir o que quer fazer com a sua vida e seu corpo, dessa maneira fazendo com que as mulheres tenham liberdade e condições objetivas para eleger o que seja melhor para a sua vida profissional, amorosa ou simplesmente planejar seu futuro, buscar qualificação, garantir a sua renda, tendo assim autonomia nas suas escolhas.

Conforme Azevedo, Medrado e Lyra (2018) o primeiro momento do feminismo no Brasil teve como final o ano de 1934, quando o direito ao voto foi conquistado pelas brasileiras, na constituição promulgada naquela época.

Já para as autoras Casique e Furegato (2006) o movimento feminista, no seu segundo período, destacou-se por denunciar casos de violência contra a mulher, de forma que veio dar luz a essa realidade que, até então, só era citada em ambiente privado. A violência exercida dentro dos lares permanecia sem que ninguém fizesse ou dissesse nada. Percebemos que esse silêncio imposto no passado, ainda hoje é percebido nos casos de violência praticada dentro do ambiente doméstico, como se fosse algo característico dos relacionamentos afetivos e familiares, contribuindo dessa forma para a naturalização dos maus tratos recebidos independentemente do tipo.

Azevedo, Medrado e Lyra (2018) relatam que a década de 1930 até 1975, ano este considerado como marco da segunda onda do feminismo brasileiro, as mulheres fundam outros jornais, associações, realizando congressos, assembleias, no entanto quando começa o período da ditadura militar, elas se incorporam á luta pela democracia em um movimento de amplitude da esquerda, do qual tinha a participação da ala progressista da Igreja Católica, partidos políticos [...]

Segundo Bandeira (2014) a atuação da militância feminista, juntamente com as reivindicações dos movimentos sociais criaram as condições históricas, políticas e culturais

que foram necessárias ao reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão, conferindo novos contornos às políticas públicas. Ela ainda acrescenta que os estudos feministas sobre violência de gênero consideram que um dos pilares para a prática da violência contra a mulher é o patriarcado e de modo correlato, a dominação simbólica masculina.

Para Azevedo, Medrado e Lyra o ano de 1975 foi muito importante para as mulheres, pois foi declarado pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional da Mulher e o início de uma década dedica a mesma. Para os autores já a década de 1990 houve uma institucionalização do feminismo (esse processo fora iniciado no ano 1970) nesse momento existem inúmeras organizações não governamentais e grupos que se articulam em fóruns e redes e organizam eventos nacionais e a nível de mundo, nessa fase também o estudo sobre mulheres academia ganham força, assim como os estudos de gênero. (2018, p.19)

Dessa forma como estamos abordando acerca da desigualdade de papéis entre homens e mulheres ao longo do tempo, o que resulta em uma situação de violência, por isso é imprescindível tratarmos no que se refere gênero dentro do processo de desvelamento dessa prática.

Para Scott (1989) o gênero se constrói a partir das relações sociais com base na diversidade percebida entre os sexos, masculino e feminino, tornando-se a primeira configuração que retrata as relações de poder. Desta maneira percebemos gênero como algo construído ao longo da história, como nos direciona Santos (2011) ao ressaltar que a terminologia “gênero” tem como objetivo definir o sexo biológico, com isso atrelando funções, comportamentos e papéis o indivíduo terá de exercer na sociedade.

Simone de Beauvoir (1970) analisa que “[...] a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestas diferentemente”. A autora observa que cada um tem jeitos distintos de se comportar, assim como suas expressões corporais.

No entanto se trata de uma discussão muito ampla, uma vez que compreende várias vertentes, cada autor tem uma visão singular no que se refere a essa categoria, para Saffiote, por exemplo, (2015) “essa categoria é mais vasta que o patriarcado”.

Já Butler (2003) estende o debate sobre gênero e considera que o sexo é natural e gênero é construindo, ela afirma que “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. Para a autora as análises de gênero pressupõem e definem de forma antecipada as possibilidades das formas planeáveis e realizáveis de gênero na cultura. Analisamos dessa maneira que gênero é algo construído em cima da imagem do masculino e do feminino,

visando desconstruir um padrão sócio histórico no que tange aos mesmos, dando assim uma nova conotação quando se refere a definição de papéis de homens e mulheres, o que possibilita uma análise mais ampla e crítica.

Já Djamilia Ribeiro diz que deve haver uma junção entre os pensamentos sobre raça, classe e gênero, pois não se pode analisa-los de forma isolada, e sim de maneira indissociável. (RIBEIRO, 2016, p.101). Percebemos assim a importância desses conceitos para análise e enfrentamento da violência contra as mulheres.

1.3 Violência contra a mulher: um fenômeno antigo e atual

A violência é um elemento de debate mundial que possui origens históricas e sociais, com uma característica multifacetada, onde não é possível identificar de forma precisa e exata suas causas reais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência tem como aspecto:

uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que possa resultar ou tenha probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação (2002).

Deste modo ela torna-se objeto de suposições - muitas vezes influenciadas pelo senso comum – manifestando-se, desta forma, em diversas culturas, classes sociais, atingindo assim, todas as camadas da sociedade.

No passado se vivia a intempérie das guerras, disputas por territórios, conflitos coloniais, hoje com a violência difusa, presente todos os dias na mídia e nas rodas de conversas, tornando-se algo natural, como parte do cotidiano, a imprensa tende a associar esse problema à área da segurança pública, como se daí viesse todas as respostas para sua superação.

Ainda segundo a OMS (2002), a violência pode ser classificada, também em três categorias: violência dirigida a si mesmo (auto-infligida); violência interpessoal (classificadas em dois âmbitos: violência intrafamiliar ou doméstica- entre parceiros íntimos ou membros da família, e violência comunitária- que ocorre no ambiente social em geral, entre conhecidos e desconhecidos) e violência coletiva (atos violentos que acontecem nos âmbitos macrossociais, políticos e econômicos, caracterizados pela dominação de grupos e do estado).

Segundo as autoras Simone e Sílvia Cristina,

A violência, enquanto expressão da questão social se manifesta de diversas formas, e sua conceituação também vem se ampliando em função mesmo deste caráter dinâmico que o fenômeno possui, influenciado pelos determinantes históricos, pelas transformações sociais que irão imprimir uma nova interpretação a ações antes toleradas socialmente e tidas como padrões de conduta nas relações sociais (2014, p.329).

De acordo com Souza e Cassab (2010) “podemos percebê-la como um fenômeno cotidiano que se insere desde o âmbito público adentrando pelo espaço doméstico, que em tese deveria ser o refúgio das pessoas frente a toda forma de violência”.

É muito perigosa a naturalização da violência, haja vista que esta conduta gera ainda mais situações de violações do direito à dignidade humana, aspecto amplamente reconhecido na legislação, tanto brasileira, quanto mundiais. Salienta-se ainda que por vezes esta é marcada pelos desequilíbrios nas relações econômicas, políticas, sociais, familiares.

Na Carta Magna do Brasil é garantida a igualdade entre os sexos em seu artigo 5º, parágrafo 1º que diz “homens e mulheres são iguais em direito e obrigações, nos termos desta constituição”. Contudo a realidade das mulheres brasileiras ainda está distante de ser igual à dos homens, uma vez que estes se sentem proprietários das mulheres que estão no seu convívio ou habilitados a maltratar qualquer mulher, simplesmente pela sua condição.

Prosseguindo, o Atlas da Violência 2019 aponta dados alarmantes em relação à violência contra as mulheres, uma vez que houve um aumento do número de feminicídios no país em 2017, tendo em média 13 assassinatos por dia, sendo ao todo 4.936 mulheres mortas, maior índice desde 2007 (IPEA, 2019).

Entretanto vale ressaltar que essa realidade não é específica do Brasil, mas é nesse cenário que iremos abordar essa problemática, haja vista a relevância dessa discussão, já que em 2019 segundo uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública quase 60% da população, sem diferença expressiva entre homens e mulheres, reportou ter visto situações de violência e assédio contra as mulheres nos últimos doze meses em seu bairro ou comunidades. Vejamos a síntese dessa pesquisa na figura abaixo:

Figura 1



Fonte: IPEA, 2009.

Safioti (1987) uma importante feminista e socióloga brasileira analisa o que é o máximo do exercício do poder do homem sobre a mulher quando reflete sobre:

O caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher pode ser caracterizada pelo estupro, ela diz que contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja, aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem direito de desejar, não tem direito de escolha. Pode parecer extravagante recorrer ao estupro, a fim de exemplificar o grau extremo de poder detido pelo homem em relação à mulher. Todavia, é preciso ponderar que: 1) há milhares de estupros ocorrendo diariamente na sociedade brasileira, grande parte dos quais de autoria dos próprios pais das vítimas; 2) há relações amorosas estáveis, legais ou consensuais, no seio das quais o estupro é a norma (1987, p.18).

O Atlas da Violência 2018, que foi elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) traz os indicadores

sobre os casos de estupro, verificamos que no ano de 2016 tiveram 49.497 novos casos. Ainda nesse mesmo ano, no Sistema Único de Saúde (SUS) foram registrados 22.918 incidentes dessa natureza, o que representa aproximadamente a metade dos casos notificados à polícia.

A violência contra as mulheres, também classificada como violência de gênero é um fenômeno antigo e contemporâneo, prática essa que vem ceifando a vidas de muitas mulheres. Esses crimes até então eram tratados de forma simples pela justiça, tido como um crime de honra, algo banal. Porém é evidente que a violência é algo totalmente contrário ao direito à vida como previsto pela própria Constituição Federal de 1988, em diversos artigos. Conforme aponta Krieger,

Dentre os direitos fundamentais inseridos na Constituição Federal de 1988, é correto apontar o direito à vida, como o principal direito resguardado a todas as pessoas. É um direito que transcende o cenário jurídico e é objeto de estudos em diversas áreas, como da sociologia, filosofia e religião. Antes de proteger qualquer outro direito é dever do Estado se preocupar com aquele que é o mais importante: o direito à vida humana, que sem este, todos os demais ficam sem fundamento (2013).

Segundo Souza e Cassab (2010) “a violência em suas manifestações tem suas raízes na discriminação e, neste sentido, as mulheres, de uma forma geral, são os sujeitos sociais que mais a tem sentido”.

É necessário ressaltar que ao longo da história as mulheres foram subordinadas aos homens e às regras impostas pela sociedade. Como nos diz (NARVAZ e KOLLER,2006) “as diversas formas de discriminação e de violência contra as mulheres são manifestação de relações de poder historicamente desiguais”.

Este tipo de violência é marcada pela dominação masculina, praticada ao longo dos anos em diversas sociedades, sendo fundamentadas no patriarcado, no machismo e desprezo as mulheres. Minayo vem nos dizer que,

Geralmente quando narram seus comportamentos violentos, os maridos (ou parceiros) costuma dizer que primeiro buscam “avisar”, “conversar” e depois, se não são obedecidos, “batem”. Consideram, portanto, que a atitudes e ações de suas mulheres (e por extensão, de suas filhas) estão sempre distantes do comportamento ideal do qual se julgam guardiões e precisam garantir e controlar (2005).

É evidente a “necessidade” do homem de se colocar como o chefe, o que manda e detêm o controle da situação seja no ambiente familiar ou fora dele. Para o enfrentamento dessa realidade é preciso ter conhecimento de alguns fatos significativos como nos mostra a

análise de Pinto (2010) mostrando o atrelamento entre as vitórias do feminismo no Brasil e a criação de alguns mecanismos criados:

Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, tendo sua secretária com status de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo. O CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, com status de ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que havia sido originalmente (2010, p.17).

De acordo com a Cartilha sobre a Política Nacional (2011) o período de 1985 a 2002, foram criadas as DEAMs e as Casas-Abrigo, sendo este o principal eixo da política de enfrentamento³ à violência contra as mulheres, cuja centralidade, estava na segurança pública e na assistência social. Constituindo um marco importante nesse processo, pois possui como atributo um atendimento diferenciado, que permita uma melhor compreensão dos relatos das vítimas.

Bandeira (2014) acentua falando o seguinte: “estas delegacias devem ter seus quadros funcionais compostos por delegadas e agentes policiais mulheres capacitadas em relação às especificidades que caracterizam a violência contra a mulher [...]. A autora ressalta ainda a necessidade de compreender todo o contexto, contrapondo-se as delegacias comuns, por isso a necessidade de profissionais instruídos acerca da temática, com um olhar mais investigativo. Pois, nas unidades comuns era atendida por homens, que por vezes davam um atendimento de forma preconceituosa, induzindo que a culpa estivesse na mulher, porque ela tivera provocado o homem, fazendo-o perder o controle e partir para agressão.

Todavia Bandeira (2014) discute o fato de existir problemas nas DEAMs e nos outros serviços que são direcionados ao atendimento deste tipo de violência, argumentando que somadas às restrições referentes à capacitação e sensibilização dos recursos humanos, que ainda possuem reproduções patriarcais sobre a mulher, além de sofrer com a falta de equipamentos, reduzindo assim o êxito policial e dos demais trabalhos que devem trabalhar em rede.

³ O conceito de enfrentamento, adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, diz respeito à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres traz a discussão sobre o trabalho em rede e de forma articulada com o intuito prestar uma assistência qualificada, de forma integral e não-revitimizante à mulher em situação de violência. No âmbito do governo, a Rede de atendimento à Mulher em situação de Violência é composta pelos seguintes serviços: Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher, Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns, Polícia Civil e Militar, Instituto Médico Legal, Defensorias da Mulher, Juizados de Violência Doméstica e Familiar, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Ouvidorias, Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos e o Núcleo da Mulher da Casa do Migrante (BRASIL,2011).

Essa Política Nacional se baseia nos princípios do I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em alguns pontos como: Igualdade e respeito à diversidade, Equidade, Autonomia das Mulheres, Laicidade do Estado, Universalidades das Políticas, Justiça Social, Transparência dos atos públicos. Apesar de todo esse aparato os números de mulheres assassinadas são muitos altos, todos os dias são noticiados vários relatos de violência contra as mulheres.

Conforme o Atlas da Violência 2019 há uma grande desigualdade racial no Brasil, pois 66% de todas as mulheres assassinadas em 2017 eram negras, havendo um crescimento muito maior da violência letal entre mulheres negras, quando comparadas às mulheres não negras. Evidenciando desse modo, a dificuldade do Estado brasileiro em garantir e ampliar a universalidade das políticas públicas (IPEA, 2019).

Notamos assim que a violência contra as mulheres atinge todas as classes e raças, todavia o número de mulheres negras assassinadas é um absurdo e comprova o tamanho da disparidade, tendo em vista que não pode existir a passividade no que se refere à eliminação da vida da mulher, independente de qualquer aspecto, seja ele sua cor, orientação sexual, classe, modo de vestir-se, ou qualquer outro.

2 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões (Djamila Ribeiro, 2019).

Bellini (2018, p.29, apud Valls, 2009) afirma que os Estados Unidos da América são pioneiros nas investigações e pesquisas sobre a violência de gênero, principalmente ao trazer dados concretos sobre as formas de violência e também de como implementar programas visando a prevenção e sua superação nas universidades.

Essa pauta ainda não se faz tão presente nos âmbitos de discussões sobre as formas de violência, por acontecer em um ambiente que deveria ser isento de tais manifestações, visto que o mesmo se configura em sua gênese como um espaço de trocas de conhecimentos, deste modo, cria-se uma falsa imagem de segurança nestes locais. Para Nardi et al(2013) a universidade “trata-se de uma instituição que se apresenta como lugar da “razão”, como um destes espaços protegidos da violência (uma vez que a violência da “razão” não é levada em conta). Mas infelizmente as estatísticas comprovam que esse lugar está sendo um ambiente de desigualdades e violência.

No ano de 2015 foi realizada uma pesquisa reveladora pelo Instituto⁴ Avon com parceria com a Data Popular acerca da violência cometida no meio acadêmico, um dos objetivos deste Instituto é transformar o cenário de discriminação e hostilidade contra a mulher diante da indignação pela persistência dessa prática violenta contra as mulheres na contemporaneidade.

Essa pesquisa ouviu 1.823 estudantes universitários de idades entre 16 anos a 46 anos, sendo a maioria mulheres, 60% contra 40% de homens de várias instituições de ensino, sendo que 76% foram instituições privadas e 24% públicas. As maiorias dos estudantes são da classe média, 53%. A análise deliberou alguns tipos de violência que vão além das que já estão classificadas anteriormente, trabalho realizado em conjunto com coletivos feministas e estudantes da universidade, abordaram mais seis tipos de violência, que são: assédio sexual, coerção, violência sexual, violência física, desqualificação intelectual e agressão moral e/ou psicológica.

Essa pesquisa é muito relevante para a temática desse trabalho, uma vez que traz dados fundamentais para compreendermos a prática da violência de gênero dentro do meio universitário. O primeiro dado da pesquisa mostra que 42% das entrevistadas - neste caso, mulheres universitárias - já sentiram medo de sofrer violência no ambiente da universidade.

Outro aspecto analisado elucida que 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência. Além disso, 10% das mulheres indicam

⁴ Disponível em: <http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf>. Acesso em 18 de nov. de 2019.

espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência na universidade, mas quando são instigadas com uma lista do que é a violência o número sobe para 67%.

Inclusive, conforme o Instituto Avon (2015), 64% dos homens e 78% das mulheres salientam que o tema violência contra a mulher precisaria ser incluído nas aulas, e 88% dos homens e 95% das mulheres acreditam que as universidades deveriam criar meios de punir os responsáveis pela violência nos campos universitários.

Nesta pesquisa, os homens foram questionados sobre a temática. Destes, 2% admitiram espontaneamente ter cometido algum tipo de violência contra as mulheres em universidades ou em festas universitárias, porém ao serem estimulados o número sobe para 38%. Os estudantes homens ainda não reconhecem várias formas da violência, tratando-as como um comportamento natural, sem a intenção de ofender ou intimidar. Por exemplo, 27% não consideram violência sexual abusar da garota caso esteja alcoolizada, 35% não consideram como violência submeter as estudantes a atividades degradantes como desfiles e leilões, e 31% não consideram violência repassar fotos e vídeos sem a autorização da pessoa fotografada. Vejamos a tabela a seguir com dados da pesquisa que retratam um pouco dessa inviabilidade da violência por parte de quem a pratica na sua grande maioria.

Figura 2

COMETERAM	FORMAS DE VIOLÊNCIA	JÁ SOFRERAM
9	OFENDIDA/XINGADA	28
6	HUMILHADA OU INTIMIDADA	25
8	OUVIU MÚSICA COM LETRAS OFENSIVAS ÀS MULHERES	25
5	XINGADA OU AGREDIDA POR TER REJEITADO INVESTIDA	25
11	COLOCADA EM "RANKINS"	24
10	TEVE FOTOS OU VIDEOS REPASSADOS SEM SUA AUTORIZAÇÃO	14

Fonte: Tabela criada pela autora com dados da pesquisa do Instituto Avon.

Vê-se, portanto, o quanto a violência ainda está naturalizada na sociedade, especialmente pelos homens, pois situações abarcadas pelas legislações como formas de violência contra a mulher são tidas como algo permitido e inerente às relações, de modo que primeiramente, não há uma autocrítica por parte dos entrevistados, pois não se reconhecem como violadores dos direitos femininos, somente assumindo as ações violentas realizadas por eles, após a estimulação feita pelos pesquisadores. De acordo com Renato Meirelles,

presidente do Data Popular, que realizou a pesquisa para o Instituto Avon, os dados só demonstram as atitudes machistas e opressoras que existem dentro das universidades.

Para Nardi *et al* (2013) “O trote pode ser compreendido como parte das experiências formativas oferecidas pelas universidades, as quais participam do processo educativo responsável pela formação das elites.” No entanto notamos que na maioria das vezes o trote se torna um instrumento de práticas depreciativas e violentas, atentando até mesmo contra a saúde de alguns universitários que possuem problemas respiratórios ou fobias, pelo fato de serem obrigados a ficar presos em ambientes fechados, com vários veteranos, inalando cheiros fortes como o de tintas como percebemos no relato de uma das entrevistas da pesquisa realizada pelo Instituto Avon, a qual relatou o seguinte :

Num trote, veteranos me abordaram, me pediram para beijar um deles. Com a minha negativa, disseram que se eu não beijasse, deveria tirar meu sutiã e dar a eles. Neguei também, e começaram a me bater. Bater mesmo, com socos, e jogaram tinta no meu corpo inteiro, rasgaram meus cadernos e saíram. Ao mesmo tempo, outros veteranos abordaram uma colega, e queriam obrigá-la a tomar um copo de pinga. Como ela se negou, jogaram a bebida nos olhos dela. Isso tudo em frente à faculdade (Relato de uma das personagens entrevistadas para a pesquisa do Instituto Avon).

Nesta seção ilustramos um pouco da violência de gênero cometida dentro do ambiente universitário, no entanto voltaremos com essa temática para justificar a discussão acerca desse objeto.

2.1 A Violência Psicológica... O início de tudo?

Doravante iremos abordar sobre umas das facetas da violência de gênero contra as mulheres, por se tratar de um fenômeno multifacetado, o qual precisa ser visto com um olhar diferenciado para cada tipo que o compõe. Podemos ver um exemplo na Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha - nos aprofundaremos nessa lei na seção seguinte - quando ela no art.7º, inciso II caracteriza a violência psicológica cometida contra as mulheres:

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do

direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Foi um passo importante essa diferenciação da violência psicológica dentro de uma lei específica que visa proteger as mulheres, pois a partir desse artigo podemos compreender que a violência psicológica parte de uma conduta que tem como objetivo causar dano ao equilíbrio emocional da mulher, lhe ferindo “por dentro”, de forma que ela não tenha autoestima ou vontade própria para sair daquela situação, sendo chantageada e manipulada o tempo todo.

É fácil constatar que na atualidade a violência psicológica, prossegue, sendo uma arma poderosa no que tange destruir a saúde emocional, uma vez que se utiliza de insultos e práticas racistas, preconceituosas, humilhantes, a qual podem terminar com a agressão física. No dia-a-dia das relações é possível observar tais práticas, vemos companheiros falarem na frente dos familiares que a mulher não faz nada direito, que é feia, que homem algum iria querer uma mulher do jeito dela, não valoriza nada que a mulher faz dentro ou fora do lar, fazendo com que a mesma pense que não tem valor, que de fato nada que ela faz está bom, critica suas roupas, diz que a mulher está gorda ou magra demais. Minayo (2010) descreve como uma característica dessa violência o ato de “criticar de forma depreciativa e permanentemente sua atuação como mãe e mulher”. Normalmente vemos que o ciclo da violência é composto pela fase da tensão, seguida da agressão e posteriormente a lua de mel.

Figura 3



Percebemos no entanto que é preciso desconstruir essa ideia que antes da violência física, exista essa fase tensa, pois no nosso entendimento o que acontece antes disso é justamente a violência psicológica, esta por ser silenciosa, acaba sendo mascarada com esse termo, todavia que em uma relação saudável, existem momentos de desentendimentos, devido a personalidade, momentos de estresse ou até mesmo falta de educação, mas nunca humilhação e desqualificação, pois quando estas se iniciam, já deve ser caracterizada como violência psicológica.

Ferreira e Pimentel (2008) confirmam isso quando diz: “a violência psicológica se faz presente em todos os outros tipos de violência, pois fere e interfere na saúde mental da mulher, na sua integridade física, moral e social.” As autoras ressaltam o fato desse tipo de violência ser silenciosa, tendo sua prática entre as paredes das casas, no choro contido, na ideia de que não irá mais acontecer a mesma coisa, que o agressor vai se compungir, só que isso não acontece dando mais volume para as agressões verbais a ponto de partir para a violência física.(FERREIRA e PIMENTEL, 2008, p.2). Portanto vemos que a raiz das demais práticas violentas contra as mulheres é a violência psicológica.

Outro ponto importante é o papel da mídia na discussão e divulgação de casos de violência contra a mulher, uma vez que focam quase sempre nas situações de violência física, mostrando casos de lesões corporais, ameaças, sequestro, violência sexual, especialmente as que levam as vítimas a óbito. Por outro lado, a violência psicológica é pouco debatida e publicada, sendo quase nunca citada como fase inicial desses casos que passam todos os dias nos veículos de comunicação.

Faz-se necessário que estes meios se apropriem do que realmente é a violência psicológica e comecem a explorar essa temática, pois assim ocorrerá um reconhecimento maior dessa modalidade de violência de gênero, com o intuito de que mais pessoas comecem a identificá-la no cotidiano dos relacionamentos, tanto no âmbito privado, quanto no espaços públicos, como por exemplo, no ambiente universitário.

Diante do exposto vemos que a mulher na prática não tem garantido aquilo que a Convenção de Belém do Pará pontuou quando diz no seu art. 4º, inciso 2 “que ela tem direito ao respeito da sua integridade física, psíquica e moral.” Na realidade percebemos a distância entre o ideal e o que de fato acontece no dia a dia de várias mulheres que tem seus direitos negados, sem nenhum respeito.

O Mapa da Violência de 2015 mostrou que em segundo lugar no ranking de atendimentos nas delegacias está presente - em todas as etapas - a violência psicológica com 23,0%. Ficando atrás da violência física que apresentou a taxa de 60% dos atendimentos.

Entretanto segundo o mesmo Mapa não podemos considerar de forma absoluta esses dados, sendo que nos registros podem ser inclusos várias formas de violência, indicando assim que a incidência da violência psicológica pode ser ainda maior do que o dado exposto.

Com base nessas estatísticas ainda percebemos sua relevância no quão é difícil se basear nas denúncias das vítimas, pois na maioria dos casos essa mulher não se dirige a delegacia depois do primeiro tapa, ameaça ou xingamentos, principalmente se for praticado no âmbito privado, pois existirá sempre a esperança que o parceiro não pratique mais aquele ato.

Ainda existe, apesar de todo avanço, como a criação de delegacia especializada para esse tipo de caso, o despreparo com relação à denúncia quando se refere somente à violência psicológica. Primeiro por parte das mulheres, que embora tenham uma Lei que especifica as atitudes que caracterizam a violência psicológica, ainda sentem dificuldades de identificar no seu relacionamento quando a mesma está ocorrendo e por outro lado a insciência, isto é, a falta de qualificação adequada, de alguns profissionais no que tange à orientação sobre em quais condutas a mulher pode oficializar uma queixa, sem esperar ser espancada para fazê-lo.

Portanto, faz-se necessário a constante atenção dos serviços públicos no que tange à percepção das várias formas de violência, seja na área da saúde, assistência social, educação, dentre outros serviços, especialmente os que lidam diretamente com a população.

Acerca disso Gabriela Watson (2014) pontua a “inegável dificuldade de a vítima denunciar uma violência psicológica, seja por não ter consciência de que determinada conduta possa ser assim enquadrada, seja por incapacidade de reação[...] A autora avança dizendo que mais do que nas outras modalidades de violência doméstica, o papel dos profissionais nas delegacias e juizados precisam dar esclarecimentos as vítimas, assim como medidas de segurança para que a mulher violentada retome as forças do seu corpo e da sua mente para reagir. (p.20)

Para Silva, Coelho e Caponi (2007) “as formas de violência psicológica doméstica nem sempre são identificáveis pela vítima”. Suas manifestações podem aparecer de forma diluídas, não sendo reconhecidas como violência por estarem associadas a fenômenos emocionais que se agravam com o uso de bebidas alcoólicas, o desemprego, problemas de relacionamentos com os filhos, perda de alguém, dentre outras situações que causam desgaste psicológico. (SILVA, COELHO, CAPONI, 2007, p.97)

Partindo desse ponto podemos analisar a dificuldade das vítimas desse tipo de violência, quando praticada de forma isolada, associadas a fatores psicológicos e sociais, as mulheres ainda correm o risco de justificar as atitudes e palavras agressivas de forma a

compreender a situação pelo fato do agressor não está vivendo um bom momento na sua vida, por vezes ouvimos frases do tipo: “mas ele é uma boa pessoa”, “quando não está bêbado não se comporta assim”, “é só não provocar ele, não revidar”. Minayo analisa o seguinte:

Todas essas expressões, frequentemente, são toleradas, silenciadas, desculpadas pela dependência das mulheres em relação aos homens ou por explicações psicologizantes inaceitáveis, tais como: os homens são incapazes de controlar seus instintos, os estupradores são doentes mentais, as mulheres gostam de homens agressivos (2010, p.95).

No entanto vemos que no cotidiano das relações as mulheres também são julgadas por quem está à sua volta, como se ela sofresse por vontade própria ou porque gosta de apanhar quando se trata da violência física, no entanto essa relação de dominação não permite que essa mulher tenha clareza de toda situação de violência que lhe é perpetrada de maneira sutil, pode-se observar isso quando Minayo (2010) descreve: “a violência de gênero distingue um tipo de dominação, de opressão e de crueldade estruturalmente construído nas relações entre homens e mulheres, reproduzindo na cotidianidade e subjetivamente assumido.”

Exemplo dessa opressão e crueldade é observar alguns discursos no cotidiano, de mulheres que sofrem violência quando dizem: que os parceiros as ameaça afirmando que primeiro mata as pessoas que a mulher ama para ela sofrer ainda mais, antes dele matá-la. Sobre isto, Silva e Cassab nos traz dados importantes acerca de alguns comportamentos dos perpetradores de agressão psicológica:

Os homens que abusam de suas mulheres conscientemente usam de inúmeros artifícios para atingir seus objetivos. Um dos alvos preferidos para o homem atingir a mulher são os filhos. Desta forma, usa de agressão física e psicológica para com os mesmos, sabendo que a mulher ficará angustiada vendo-os sofrer e, tudo fará, para minimizar e/ ou superar tal situação aos filhos. Outro alvo comum, para os agressores, são os animais de estimação da mulher. Sabendo de sua estima e carinho especial por seus animais, inúmeras vezes, únicos “amigos” que lhe sobraram, o homem agride, e não raras vezes, até os mata, deixando no “ar”, uma mensagem de que a próxima a ser agredida poderá ser ela. Mais, seus objetos pessoais são constantes alvos de ataque por aquele que a quer controlar. Carros são arranhados, vestidos são rasgados e suas jóias são quebradas, sempre no intuito de fazê-las sofrer e deixa-la ainda mais subestimada e, conseqüentemente, mais submissa (2010, p.42).

Partindo desse pressuposto, se faz necessário observar o fato da violência psicológica abarcar todas as mulheres, independente da sua classe social, como foi colocando a destruição de bens materiais das vítimas, dentre outros comportamentos manipuladores. Conforme Day

et al (2003)” o objetivo seguiria sendo o mesmo, aniquilar o outro. O respeito ao inimigo vem da necessidade de utilizar a vítima para seus propósitos, bastando mantê-la subjugada e atemorizada.”

Outra situação que pode acontecer é o fato de apesar de ter condições financeiras para deixar o companheiro, a mulher não consegue suplantar os laços que atrela em tal situação, pois se encontra aprisionada na armadilha do abuso psicológico causado pelo companheiro. (SILVA E CASSAB, 2010, p.42). O fato da mulher trabalhar fora de casa, ter uma independência financeira não a retira da situação de violência.

Portanto podemos ainda perceber como a violência psicológica é sorrateira, uma vez que visa o amedrontamento da vítima, por meios de chantagem emocional e ameaça, expondo-a dessa forma até contrair problemas emocionais como fobias, transtornos de ansiedade, depressão, dentre outros. Day *et al* (2003) diz que “muitas vezes, as sequelas psicológicas do abuso são ainda mais graves que seus efeitos físicos.”

Desta forma, percebemos a amplitude da violência psicológica e dos seus efeitos na vida das mulheres que a sofrem e o pior de tudo é essa invisibilidade, esse não querer enxergá-la como o início de todos os outros males, pois ela ocorre de maneira sutil, com uma palavra maldita, depois uma humilhação, em seguida um pedido de desculpa e o ciclo vai se repetindo até culminar nas outras expressões da violência. Segundo Silva e Cassab (2010) “a violência psicológica pode ser considerada como a mais perversa, entre os outros tipos de violência, ocorrida no âmbito doméstico, em decorrência das marcas irremediáveis que deixa [...]”.

Vemos quão é difícil lidar com esse problema de cunho privado e público, pois ainda que seja em proporção diferente a violência de gênero está presente em vários espaços, fazendo com as vitimas percam suas verdadeiras características, devido a situação de opressão que são submetidas. Sobre isso Joice Berth (2019) diz que “muitas vezes, estar imerso na realidade opressiva impede de uma percepção clara de si mesmo enquanto oprimido”. Portanto, faz-se necessário o questionamento acerca desse poder e de quais caminhos serão possíveis para o emprego de um trabalho social, no sentido de que não haja uma inversão na lógica atual, mas uma subversão. (BERTH, 2019, p.22).

2.2 “Tem que meter não só a colher”. Lei Maria da Penha e as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres

No ano de 2006, o Brasil recebeu um importante instrumento que tem o intuito de discutir, caracterizar e punir severamente quem comete violência contra a mulher, isto é, a chamada Lei Maria da Penha. A lei 11.340/2006 prevê e delinea as políticas públicas integrando-as com os órgãos responsáveis para o enfrentamento da violência, assim como caracteriza as formas de agressões sofridas pelas mulheres

Essa Lei surge como fruto das lutas de mulheres, juntamente com poderes públicos para enfrentar a dura realidade da violência doméstica e intrafamiliar e os altíssimos números de assassinatos de mulheres no país. Ela possui um caráter punitivo, preventivo, orientador, educativo, esclarecendo os vários tipos de violência existentes contra as mulheres.

Na Cartilha (2016) sobre essa lei afirma que a criação da mesma se deu como réplica efetiva do Brasil aos questionamentos da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher) e da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), as quais o Brasil segue. Une-se a esses fatores a condenação do Estado Brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA que, após a impunidade do crime praticado contra Maria da Penha Maia Fernandes, que por duas vezes sofreu tentativa de assassinato no ano de 1983, ficando paraplégica por conta das agressões. O agressor foi condenado, no entanto recorreu da sentença várias vezes, segundo Mirales (2013) ele “permaneceu em liberdade por dezenove anos, sendo preso em outubro de 2002, pouco antes do crime prescrever”.

Posto isso, evidencia-se o tamanho da impunidade predominante no Brasil, um país que não sabe valorizar as mulheres, sendo necessário que uma delas tivesse quase perdido a vida por duas vezes, além de todas as agressões sofridas, para que o país fosse obrigado a criar um mecanismo de coibição dos maus tratos sofridos pelas mulheres.

Depois da Lei Maria da Penha, as penas pecuniárias, foram extintas, pois permitiam que os agressores não fossem condenados à prisão, mas somente à doação de cestas básicas ou pagamentos de multas, o que dificultava denúncias por parte das mulheres acerca das violências sofridas, por terem medo, uma vez que voltariam ao convívio com o agressor.

Essa Legislação propõe uma série de novidades como, por exemplo: a proteção à mulher que esteja vulnerável e correndo risco de morte. No entanto só o juiz pode designar em até 48 horas a melhor medida, que pode ser a proibição do agressor de se aproximar da vítima e dos filhos ou a saída dele da residência, medidas sócio-assistenciais como cadastro em programas do governo seja Federal, Estadual ou Municipal.

Para Bandeira (2014) “a questão de gênero, em sua interface com a violência, deve ser vista como ampliação, aprimoramento e desdobramento das diretrizes estabelecidas”. A partir daí percebe-se que a lei veio aprimorar no tocante ao combate à violência contra a mulher, criando mecanismos de proteção e condições para que as mulheres percam o medo de denunciar seus agressores.

Podemos verificar na Lei Maria da Penha que “à assistência à mulher em situação de violência doméstica será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (BRASIL, 2006, Art.9º).

Outro instrumento valioso na luta contra a violência doméstica é a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que foi criada em 2005, portanto antes da Lei, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) com a intenção de orientar as mulheres em situação de violência sobre seus direitos e como conseguir os serviços apropriados para resolução de suas demandas. Configurando-se como um importante aliado na luta pelos direitos das mulheres já atingidas ou não pela violência, uma vez que podem acioná-la de forma mais rápida e sigilosa.

Logo nos primeiros anos da implantação deste serviço, já observamos sua relevância quando no ano de 2012⁵ foram prestadas pelo Ligue 180 270.084 informações, compreendendo o período de janeiro a dezembro do mesmo ano. Sendo distribuídas da seguinte maneira: as informações sobre a rede de serviços alcançou 85.524 atendimentos (31,7%), já no quesito direitos das mulheres chegou a 46.971 atendimentos (17,4%). As solicitações acerca da Lei Maria da Penha somaram 41.411 registros (15,3%). Houve também 9.174 informações sobre diversos crimes contra a mulher (3,4%), 27 informações específicas sobre o tráfico de pessoas e uma soma total de 86.973 atendimentos (32,2%) sobre atividades gerais e campanhas voltadas para as mulheres.

Esses dados mostram a relevância do Ligue 180, no que diz respeito às políticas, programas e leis específicas para as mulheres, consolidando-se como instrumento de informação acerca dos direitos e dos lugares de acolhimento para atender as demandas das mulheres, perante o desafio que é enfrentar esse problema de grande magnitude, apesar de todos os avanços já conquistados. Diante do exposto, onde vemos que as mulheres estão

⁵Disponível

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/Estudos_e_Pesquisas/2012%20-%20BRASIL%20-%20Central%20de%20Atendimento%20a%20Mulher%20-%20Ligue%20180%20Dados%20Consolidados.pdf>. Acesso em 07 de nov. de 2019.

buscando informações sobre seus direitos, elucidaremos o Art.7 da Lei 11.340/2006, o qual nos traz as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

III- a violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força; que induza a comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais reprodutivos;

IV- a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Essa caracterização das várias formas de violência dentro de uma Lei específica de proteção às mulheres é de fundamental importância, pois facilita a identificação e ações de combate à mesma, de forma mais breve.

Entretanto uma crítica que fazemos da Lei Maria da Penha é que apesar de classificar a violência psicológica, assim como a moral e a patrimonial, constatamos na prática que essas violências se mantêm escondidas ou pouco visibilizadas porque se dá muita ênfase a violência física. É necessário que medidas sejam adotadas pelo governo e por todos os envolvidos na rede de combate para que todas as formas de violência contra as mulheres sejam visualizadas e compreendidas, podendo fazer um trabalho maçante pelos meios de comunicação, principalmente pelos canais onde a maioria da população tenha acesso.

Assim sendo configura-se um problema de difícil resolução, não só pelo nível de abrangência mundial, mas por acontecer na maioria dos casos, dentro do ambiente familiar, praticada por pessoas do convívio íntimo, tornando-se um obstáculo para o reconhecimento e combate da violência.

Day et al (2003) diz “a violência contra as mulheres é o tipo mais generalizado de abuso dos direitos humanos no mundo e o menos reconhecido”. Desse modo, ocorreu por

muito tempo um esforço da sociedade em omitir ou mesmo naturalizar situações de violência, especialmente dentro do seio familiar.

3 MULHERES UNIVERSITÁRIAS E A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

3.1 Procedimentos metodológicos

O verbo compreender significa exercer a capacidade de se colocar no lugar do outro, levando em conta a singularidade e subjetividade do sujeito no contexto histórico e social. (Stella Taquette, 2016)

O presente trabalho tem como objetivos: Discutir a experiência de violência psicológica vivida pelas discentes de um curso universitário; analisar os aspectos acerca das múltiplas expressões da violência contra a mulher, ressaltar como ocorre à violência psicológica contra a mulher; discutir de que forma acontece a violência no meio universitário contra a mulher. Para o alcance desses objetivos, será utilizada a pesquisa de cunho qualitativo por compreender mais profundamente os pontos de vista dos sujeitos, conforme (MINAYO, 2001, p.21-22): “Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]”, buscando o entendimento de suas vivências e opiniões na sua subjetividade, nesse caso, acerca da violência psicológica contra a mulher e das relações de gênero estabelecidas na sociedade, isto é, de que modo os sujeitos sociais enxergam essa realidade.

A entrevista semi-estruturada foi escolhida para essa pesquisa por permitir respostas mais subjetivas dos entrevistados e porque se “caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala” (MINAYO, 2002 apud CABRAL, 2005, p. 57). Para o alcance dos objetivos propostos nessa pesquisa, será utilizado um questionário online da plataforma digital Google Forms, por permitir ao pesquisador uma análise mais precisa. Também será feita uma análise documental da legislação, especialmente a Lei Maria da Penha de 2006, referência no enfrentamento à violência contra a mulher. Bem como os resultados de diversas pesquisas relacionadas ao tema do trabalho, como por exemplo: O Atlas da Violência 2019 e uma pesquisa do Instituto Avon sobre a violência contra as mulheres no ambiente universitário, entre outras.

O campo da pesquisa foi o Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL, um dos campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia– UFRB, localizado na cidade de

Cachoeira-Ba, que oferece - dentre outros - o curso de Serviço Social⁶, Artes visuais, Ciências sociais, Cinema e Audiovisual com Ênfase em Documentário, Comunicação Social – jornalismo, Gestão pública, História e Museologia.

Utilizamos a entrevista semi-estruturada, baseando-se em Gil que percebe-a da seguinte forma:

(...) a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e outra se apresenta como fonte de informação (1999 p.109).

Para tanto foi preparado um questionário online, na plataforma digital Google Forms com 29 perguntas abertas e fechadas, sendo 5 abertas e 24 fechadas, dados sobre a violência psicológica sofrida por mulheres universitárias dentro ou fora da academia. As entrevistas foram realizadas com as discentes do curso de Serviço Social, pelos grupos disponíveis nas redes sociais whatsapp e facebook, usando termo de livre consentimento, este que foi acolhido por todas as participantes, visando manter em sigilo a identidade das mesmas, a divulgação se deu pelo compartilhamento entre os grupos, até concluirmos a pesquisa no prazo estipulado para coleta de dados - a escolha específica do curso se deu pelo alto número de mulheres que cursa o mesmo, e por ser um lugar de discussão no que se refere a gênero e a diversas expressões da questão social - no período de 09 a 13 de dezembro de 2019.

Todavia, não foi possível aplicarmos o questionário na última semana de novembro como o previsto, devido ao feminicídio que dizimou a vida de uma discente do curso que estamos fazendo a pesquisa. Aluna admirada e respeitada por todos pelo exemplo de vida e militância foi mais uma vítima da violência cruel, praticada por um covarde que não aceitou o fim do relacionamento, gerando uma forte comoção em todos do CAHL. Diante desse clima de tristeza e revolta, resolvemos tardar um pouco o lançamento da pesquisa, em vista do momento difícil vivido dentro da universidade, por causa deste contexto de dor e saudade. Um outro aspecto que dificultou a pesquisa foi o retorno de várias discentes para suas casas, por conta de ser fim do semestre os discentes que já haviam finalizado suas suas avaliações,

⁶ O curso de Serviço Social da UFRB foi criado em 2012, e tem como objetivos formar profissionais com alta capacidade crítica e interventiva, sendo capaz de atuar em diversas áreas, sempre visando o acesso aos direitos por parte da população, buscando dar autonomia à população, no sentido de tomarem conhecimento de seus direitos e deveres. Os profissionais de Serviço Social buscam através de sua prática fundada em princípios éticos, uma nova forma de transformação social na sociedade.

os alunos sem pendência já são liberados, não havendo necessidade se sua permanência na instituição. O questionário foi organizado em três dimensões e se encontra em anexo.

3.2 Aspectos éticos da pesquisa

Foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com as escolhidas de forma aleatória, as quais foram livres para deixar a pesquisa no momento que considerar necessário, sem nenhum tipo de constrangimento ou coerção. A pesquisa possui risco de constrangimento das entrevistadas, pois as mesmas podem sentir sua privacidade sendo invadida, no momento em que possivelmente se vejam dentro de um contexto de violência, como vítima ou agressor.

As discentes não receberão nenhum tipo de remuneração para participarem da pesquisa. A mesma se dará de forma ética e coerente, sendo resguardada a fala e identidade das entrevistadas. A entrevista, será feita por meio de questionário online pelo google forms, onde logo no início colocamos o termo de livre Consentimento, a fim de resguardar a privacidade das respostas coletadas, as quais, de modo algum serão divulgada para terceiros.

3.3 O ambiente da pesquisa

Neste tópico faremos uma breve síntese da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como lugar de acesso ao Ensino Superior para a população do Recôncavo.

As alterações na sociedade forçaram e continuarão forçando as universidades a revisarem suas práticas de ensino, formas de interação com seu em torno, entre outras. (GIMENEZ E BONACELL,2013)

A UFRB foi criada pela Lei 11.151 em julho de 2005, de forma vinculada ao Ministério da Educação, tendo como foro a cidade de Cruz das Almas- Bahia. De acordo com a lei no seu 2º artigo a mesma tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas existentes do conhecimento e promover a extensão aos discentes.

Segundo Sinara Vera et al (2016) a universidade encontra o desafio de produzir conhecimento científico, junto com inovações na área da tecnologia, visando promover o desenvolvimento social por meio da proximidade entre comunidade acadêmica e a comunidade na qual ela está inserida. No entanto, ações de ensino, extensão e pesquisas são preconizadas, de maneira a criar possibilidade de formação e atuação de forma profissional, que reflita e examine a realidade social na qual a universidade está embutida (2016, p.15). A

universidade surge com uma proposta inovadora ao implantar uma Pró- Reitoria, como verificamos abaixo:

Em 2006, a recém-criada Universidade implantou a Pró- Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE, uma iniciativa pioneira no âmbito das universidades federais que insere no contexto institucional questões relativas aos assuntos estudantis e á implementação de ações afirmativas. A Pró- Reitoria foi concebida com o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização, em parceria com vários segmentos, focadas no ingresso, permanência e pós –permanecia estudantil no ensino superior. A realização dessas ações afirmativas visa ao reconhecimento da pluralidade da sociedade, compreendendo todos os grupos sociais como sujeitos com direito de acesso apolíticas públicas e institucionais que visem à equidade. (PDI, 2019-2030, p.14)

Desta forma percebemos a universidade como uma oportunidade de acesso à educação superior, por parte do povo dessa região, uma vez que muitos não poderiam acessá-la, caso não houvesse uma instituição pública mais próxima de sua comunidade, fazendo com que a população do Recôncavo alcançasse a vida acadêmica, a qual era um projeto um tanto quanto distante da vida de muitas mulheres, jovens, negras e negros, pardos e pobres. Sendo muitos destes os primeiros da família a adentrar e concluir a graduação. Conforme Severino,

É-lhe atribuída significativa participação na formação dos profissionais dos diversos campos e na preparação dos quadros administrativos e das lideranças culturais e sociais do país, sendo visto como poderoso mecanismo de ascensão social, cabendo destacada valorização para o ensino oferecido pelas universidades públicas (2008, p.74).

Percebemos assim, a UFRB como lugar da diversidade, proporcionando o ensino superior a pessoas que jamais poderiam alcançá-lo, uma vez que as condições econômicas, de grande parte da população do Recôncavo não lhes permitiria chegar a essa conquista. Essa observação pode ser feita através das vivências como estudante, uma vez que grande parte dos discentes da UFRB afirmam não ter condições financeiras para estarem em uma instituição particular de ensino superior. Para Severino (2008) “[...] o ensino universitário tem sua importância proclamada tanto pela retórica oficial como pelo senso comum predominante no seio da sociedade”.

4 RESULTADO E ANÁLISE DAS MULHERES UNIVERSITÁRIAS E A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS- CAHL

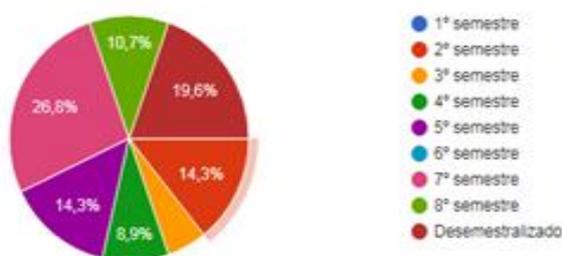
4.1 O perfil socioeconômico das estudantes universitárias do CAHL

A primeira dimensão da pesquisa revela dados do perfil socioeconômico das respondentes que ajudam a contextualizar a relação das participantes com o tema. As estudantes estão matriculadas regularmente, majoritariamente, no 7º semestre (26,8%), 2º e 5º semestres (14,3%, em cada), porém, 19,6% se encontram desestruturadas, ou seja, cursando componentes curriculares de diferentes semestres no período letivo de 2019.2 no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1

Qual seu semestre letivo em 2019.2?

56 respostas



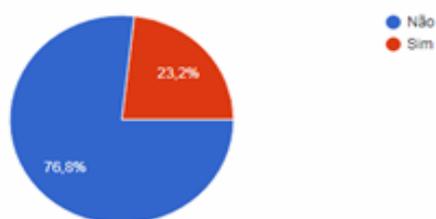
Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms

Somente 26,8% das estudantes declaram serem as primeiras pessoas da família a cursarem o ensino superior. De acordo com Ristoff(2014) de todo modo, é inescapável a conclusão de que as políticas de inclusão dos últimos anos estão trazendo ao campus legiões de estudantes que representam a primeira geração da família a ter oportunidade de ser aluno de graduação (2014, p.741) reflexo este das políticas de interiorização e expansão do ensino superior na Bahia, especialmente com a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que tem centros de ensino em sete cidades da região. Já no que se refere à fonte de renda, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 2

Você trabalha?

56 respostas



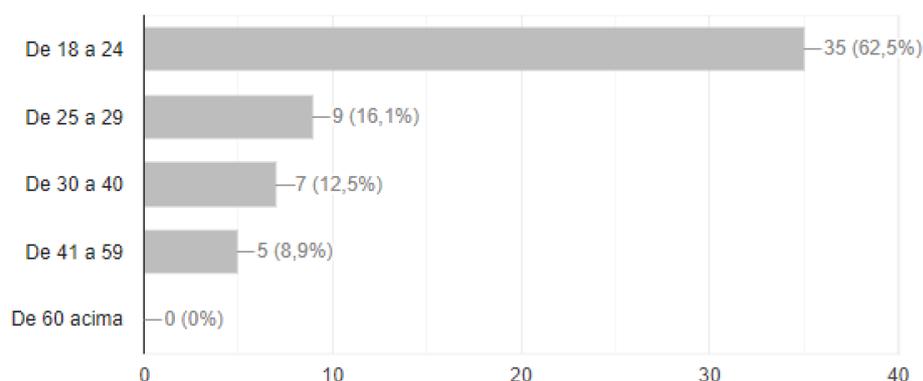
Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms

Apenas 23,2% das participantes da pesquisa revelaram trabalhar, esse dado revela dois aspectos importantes: primeiro um avanço se pensarmos no quão é difícil a entrada de estudantes trabalhadores, principalmente nas instituições Federais. Segundo Ristoff (2014) a “educação superior brasileira está criando importantes oportunidades de mobilidade social para alunos trabalhadores, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e filhos de pai sem escolaridade”[...].No entanto as universidades não foram criadas pensando nesse público, exemplo disso verificamos na UFRB, onde são ofertadas disciplinas optativas - que na realidade são obrigatórias, pois delas depende os discentes para completar a carga horária necessária para formar- fora do turno regular dos estudantes, o que se torna um problema para o estudante trabalhador, que muitas vezes para está nesse espaço fazem acordos com os patrões, sem falar das palestras, seminários, conferências, que nem sempre conseguem participar por estarem trabalhando.

Sobre essa realidade Azevedo (apud Paula, 2017) argumenta que as universidades federais ainda mantem estrutura voltada para os ingressantes das classes dominantes que não necessitam trabalhar, fazendo com que os trabalhadores-estudantes e os estudantes-trabalhadores enfrentem severos problemas durante sua passagem pela universidade. Entretanto convém ressaltar que os 76,2% que não trabalham de forma remunerada não enfrentem dificuldades na sua permanencia no CAHL, sendo que por vezes lhes faltam condições para tirar xérox dos textos ou simplesmente fazer um lanche.

Outro dado importante é que 50% residem em casa própria da família e 37,5% residem em casa alugada compartilhada (26,8%) ou individual (10,7%). Dados esses que ilustram o perfil socioeconômico das mulheres nessa fase temporária como estudantes universitárias.

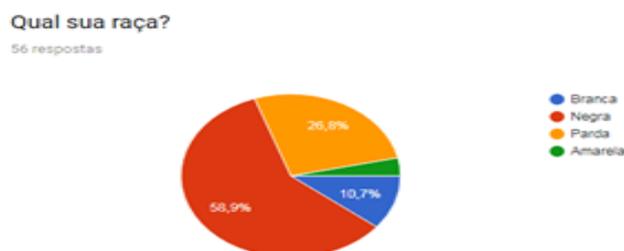
Gráfico 3



Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms

Os dados da pesquisa também revelam que a maioria das estudantes tem entre 18 a 24 anos (62,5%) numa faixa etária semelhante dos estudantes no geral da Universidade que atinge os 64,5%. Além disso, 85,7% das estudantes se autodeclaram negras – 58,9% pretas e 26,8% pardas – um percentual parecido com o da autodeclaração geral da UFRB que atinge 83,4%⁷, ainda que em proporções diferentes.

Gráfico 4



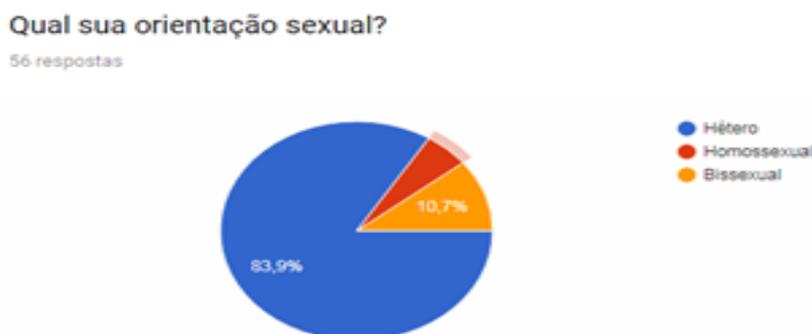
Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

No que se refere a orientação sexual das discentes se destaca que 83,9% são heterossexuais e isso explícita uma possibilidade de estarem em relacionamento com homens machistas, sendo passíveis da violência psicológica e ou do feminicídio, no entanto não podemos desprezar os 10,7% das que se declaram bissexuais, pois conjecturamos que em algum momento da vida, elas possam ter se relacionado com mulheres que reproduzem o

⁷ Dados de idade e raça publicados no “Perfil dos Estudantes de Graduação da UFRB” de 2017, a partir da “IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira – 2014”. <<https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior>>.

machismo, a manipulação, o ciúme doentio, cometendo também a violência psicológica para com suas parceiras, vemos no cotidiano diversos casos de relacionamentos entre mulheres, onde uma quer assumir o papel do macho no que eles tem de pior, oprimindo a outra, chantageando, ameaçando, isso nos leva a refletir que tipo de educação esta sendo ofertada para essas mulheres. Del Priori (2013) uma importante historiadora no que tange assuntos relacionados as mulheres relatou em uma entrevista⁸: “sempre apostei que as mulheres não deveriam buscar ser “um homem de saias”, mas apostar em sua diferença e singularidade. E que as marcas de gênero, para vários sociólogos, são a criatividade, a diplomacia e a capacidade de dialogar.

Gráfico 5



Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

4.2 As percepções das universitárias do CAHL sobre a violência psicológica

Analisando os resultados para cada afirmativa referente ao que é a violência psicológica contra as mulheres, voltaremos a lei Maria da Penha, no art.7º, inciso II que a define da seguinte forma:

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do

⁸ Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131003_mulheres_priore_pai > Acesso em 17 de dez de 2019.

direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Desta maneira observaremos as respostas de acordo com o artigo citado acima, uma vez que verificamos nas respostas das discentes várias facetas dessa caracterização que define a violência psicológica contra a mulher, em maior nível de concordância das falas está o ato de humilhar, em seguida a sua diminuição simplesmente por ser mulher, e quando se trata da cor da pele, as mulheres negras sofrem ainda mais.

Quando destroem nossa auto estima, nos diminuem, nós humilham só pelo fato de sermos mulheres. E sendo mulher negra é muito pior. (participante 12).

É um ciclo de abusos verbais que se iniciam com uma ofensa, com palavras que desmotivam e tiram a auto estima das mulheres dia pós dia, até que o psicológico esteja fraco, abalado, fazendo dessa mulher sujeita subalterna. (participante 09).

Ofensas, desmerecê-la, humilhar, pressão para que faça algo contra sua vontade...entre outras coisas (participante 07).

Qualquer tipo de desconforto emocional, causado pelo companheiro e ou outro ambiente\ pessoas que a mulher conviva (participante 32).

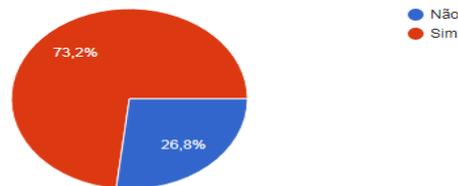
Convém ressaltar que esse ciclo de abusos independe da classe social, raça, credo, orientação sexual, pois a violência psicológica não discrimina ninguém, pelo contrário ela mata aos poucos, de forma silenciosa a cada novo conflito, que vem disfarçado por crise de ciúmes ou uma crítica a algo que a mulher não desempenhou tão bem naquele momento. Para Day *et al* (2003) uma das faces da violência psicológica é o “abuso psicológico por menosprezo, intimidações e humilhações constantes; coerção sexual; comportamentos de controle tipo isolamento forçado da mulher [...] vigilância constante de suas ações”.

4.3 A violência psicológica sofrida pelas mulheres no ambiente universitário

Gráfico 6

Você já se sentiu constrangida, na universidade, por alguma pergunta e/ou comentário?

56 respostas



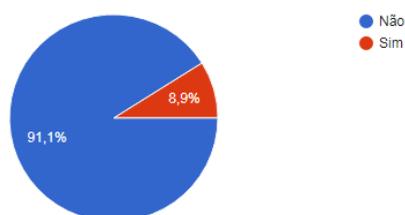
Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

No gráfico acima vemos a porcentagem de 73,2 % das discentes que já se sentiram constrangida dentro da universidade, seja por pergunta ou comentário, um lugar que deveria ser de troca de conhecimentos, de uma convivência saudável, apesar da vasta diversidade de estilos, pensamentos, modo de viver, no entanto, entendemos que essa diferença não deve fazer diferenciação, e sim agregar. Correlata a esse dado é o número das discentes que já presenciara outras mulheres serem agredidas psicologicamente dentro desse mesmo espaço chegando a 64,3%.

Gráfico 7

Em sua opinião, a violência psicológica é divulgada da mesma forma que as demais formas de violência?

56 respostas



Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

Como já havíamos discutido anteriormente, a violência psicológica necessita com urgência ser conhecida e reconhecida por toda sociedade, não é suficiente saber que ela consta na Lei Maria Penha, todavia precisamos torná-la objeto de discussão para que através do

conhecimento da mesma, as vítimas tenham força para se disvencilhar do agressor seja ele companheiro, companheira, vizinha, irmã, tio, tia, dentre outros.

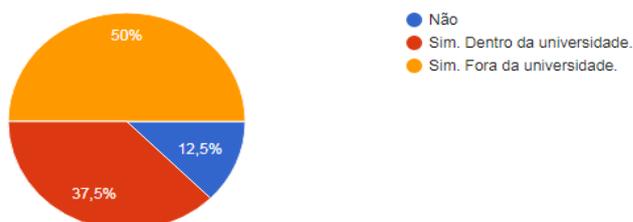
No entanto um fator que dificulta é a invisibilidade da mesma no cotidiano dos relacionamentos, sobre isso Cunha e Sousa(2017) relata que “na maior parte das vezes, ela começa com tensões vivenciadas cotidianamente pelos casais: desemprego, problemas financeiros, opiniões diferentes quanto a educação dos filhos,ciúme.”Já nas agressões por vizinhos ou pessoas próximas, as vítimas acabam justificando com arguemntos do tipo: ela não gosta de me, ou tem inveja da minha vida, ele faz isso porque não lhe dei “bola”.Por isso o informação é libertadora, conheço uma jovem que era assediada e sofria violência psicológica todos os dias ao passar por uma determinada rua, cansada dessa situação ela foi a delegacia e prestou queixa do individuo, o qual foi intimado e depois disso parou de importuná-la.

Um fator positivo que a pesquisa revelou é que 67,9% das discentes relataram que conhece os órgãos que devem procurar em casos de violência psicológica, contra 32,1% que não sabem, dado esse que precisa melhorar principalmente por se tratar de mulheres que estão na academia, lugar da disseminação do conhecimento.Quando questionadas sobre qual órgão procurariam a maioria relataram que buscariam uma Deam, outras ligariam para o 180.A Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia⁹ diz que 14 unidades de Deam funcionam em Salvador e 12 no interior: Feira de Santana,Ilhéus,Itabuna,Juazeiro,Porto Seguro,Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Camaçari, Candeias,Paulo Afonso,Barreiras e Jequié. O que prejudica muito as mulheres que moram distantes dessas cidades,pelo fato que nem sempre é fácil se deslocar para outro municipio, principiamente para mulhreres-estudantes.

Gráfico 8

Você já foi alvo de violência psicológica dentro ou fora da universidade?

56 respostas



Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

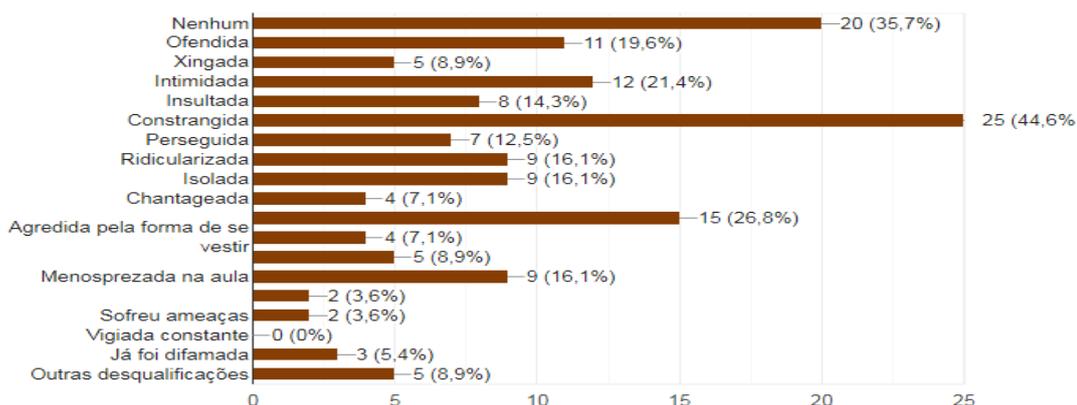
⁹ Disponível em:<<http://www.ssp.ba.gov.br/2018/03/3730/Deams-enviam-mais-de-7-mil-inqueritos-a-Justica-em-2017.html>> Acesso: em 17 de dez. de 2019.

Observamos que 50% das entrevistadas revelaram ter sofrido violência psicológica fora da universidade, 37,5% dentro do espaço universitário, só 12,5% não sofreu nem dentro nem fora. Observamos assim uma diferença relativamente pequena, principalmente por entendermos a universidade, por um lugar voltado para o conhecimento não deveriam ocorrer esses tipos de práticas, no entanto segundo Nardi et al (2013) a universidade pode ser compreendida como um espaço que não só reproduz, mas também atualiza as desigualdades e hierarquias frente as transformações sociais que buscam questionar[...]. Isso nos leva a compreender que as expressões das questões como a violência de gênero estão presentes até mesmo nos ambientes onde se critica as mesmas.

Gráfico 9

Dentro da Universidade, qual desses tipos de violência psicológica você já sofreu? assinale:

56 respostas



Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

Observamos que 44,6% já foram constrangida dentro da universidade, 35,7% não sofreram nenhuma, 26,8% agredida pela forma de se vestir, 21,4% intimidada, 19,6% ofendida, 16,1% ridiculariza, 16,1% isolada, 16,1% menosprezada na aula, 14,3% insultada, 12,5% perseguida, 8,9% xingada, 8,9% outras desqualificações, 7,1% chantageada, 3,6% sofreu ameaças. Percebemos assim que de fato a violência psicológica se faz presente no cotidiano da universidade. Segundo Caetano Nardi *et al* (2013, p.194) “podemos visualizar um cotidiano universitário repleto de gestos e discursos atravessados e construídos pelas hierarquias e desigualdades, abrindo espaço para diversas e dramáticas formas de violência e discriminação”.

Gráfico 10



Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

Os dados desse gráfico nos chamam atenção pelo fato de depois da porcentagem 39,3% de nenhum desses que foram mencionados ter cometido a violência psicológica contra as vítimas, em segundo lugar no ranking aparece um professor com 21,4%, seguido de um discente com 17,9% e uma discente com 14,3%. Algo que no nosso imaginário não deveria ocorrer, principalmente vindo de um mestre, que deveria ser referência não só pelo conhecimento adquirido e transmitido, mas pela forma de tratar seus alunos e alunas. Segundo Santos e Soares

o docente, à medida que faz uso da soberba intelectual, contribui para que o estudante permaneça numa posição passiva no seu processo formativo. Fato que a relação professor-estudante está assentada no controle de um agente sobre o outro e que, a depender da concepção da sociedade e de homem que se deseja contribuir para formar, o outro será considerado subordinado, implementando uma relação de poder marcada pelo autoritarismo, ou será percebido como sujeito ativo, acionando a autoridade epistemológica do professor (2011, p.361).

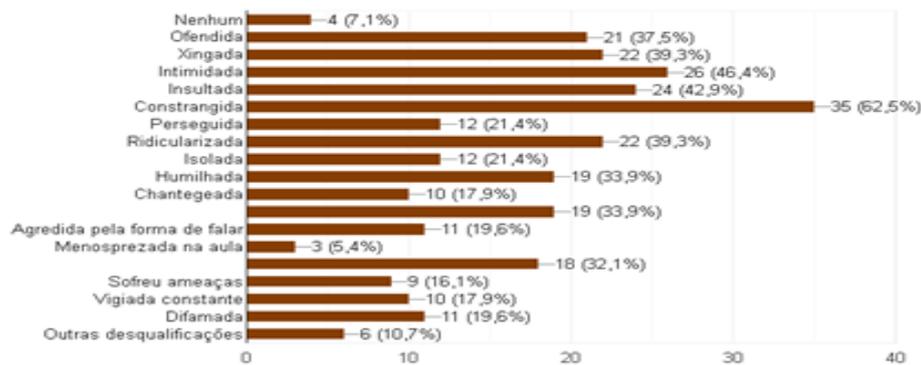
Infelizmente no cotidiano da vida estudantil, podemos nos deparar com alguma situação desse tipo, no entanto não é a regra entre a relação professor-estudante. Outro dado que nos chama atenção é a pouca diferença entre agressores homens e mulheres, apenas 3,6% do total geral entre os dois, o que nos revela que a violência é praticada por todos e não só por homens, vemos discentes discriminando outras pela sua forma de se expressar na sala de aula, menosprezando sua forma de escrever ou apresentar seminários ou atividades propostas pelo corpo docente, isolando, formando grupinhos para ridicularizar e rir da pessoa, por vezes as mulheres conseguem ser até mais cruéis na prática da violência psicológica contra outras mulheres. E isso se dar muito pela reprodução do machismo pelas discentes, conforme Mary

Drumont (1980) “o machismo enquanto sistema ideológico oferece modelos de identidade tanto para o elemento masculino como para o elemento feminino. Ele é aceito por todos e mediado pela liderança masculina”.

Gráfico 11

Fora da Universidade, qual desses tipos de violência psicológica você já sofreu? Assinale:

56 respostas



Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

Analisando os dados vemos que a violência psicológica ainda é mais cruel fora dos muros da universidade, onde os dados nos mostram que 62,5 % das discentes já foram constrangidas, seguido de 46,4% intimidada, 42,9% insultada, 39,3% ridicularizada, 39,3% xingada, 37,5% ofendida, 33,9% humilhada, 21,4% perseguida, 21,4% isolada, 19,6% difamada, 19,6% agredida pela forma de falar, 17,9% chantageada, 17,9% vigiada constante, 16,1% sofreu ameaça, 10,7% outras desqualificações e 5,4% menosprezada na aula.

Gráfico 12

Quem praticou essa violência psicológica contra você?

56 respostas



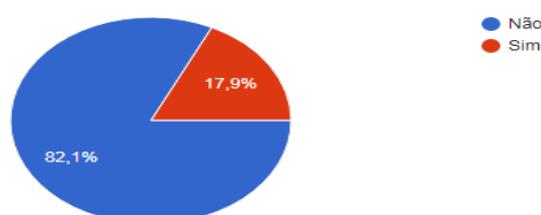
Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

Este gráfico nos mostra que 37,5% dos agressores foram algum companheiro, 23,2% por um desconhecido, 16,1% por um parente e 14,3% por nenhum. Segundo Day et al(2003) “na violência doméstica contra a mulher, o abuso pelo parceiro íntimo é mais comumente parte de um padrão repetitivo, de controle e dominação, do que um ato único de agressão física”. É importante termos consciência desse padrão, pois o que caracteriza a violência é também a intensidade e duração da mesma, pois quando se está vivenciando essa situação, não será algo esporádico, mas sim costumeiro. Ainda para Day *et al* (2003) “a antiga ideia de que o delinquente era um estranho que se esconderia numa rua escura vem mudando sua face, e à luz observa-se feições bastante conhecidas, familiares”. Ainda assim o número de desconhecidos que agride psicologicamente as mulheres ainda é muito alto, ser mulher em uma sociedade de cultura machista, sexista é muito complicado.

Gráfico 13

Você já sofreu assédio sexual dentro da Universidade?

56 respostas



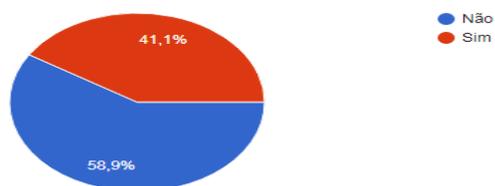
Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

Observamos que 82,1% das entrevistas relataram que não sofreram assédio sexual dentro da universidade e apenas 17,9% disseram que sim. No entanto quando questionada se alguma colega tinha sofrido assédio passa a ter uma diferença pequena, pois 58,9% relataram que não, contra 41,1% que sim. No caso de já ter tido fotos divulgada sem permissão 89,3% disseram que não e apenas 10,7% sim.

Gráfico 14

Alguma colega sua já sofreu assédio sexual dentro da universidade?

56 respostas



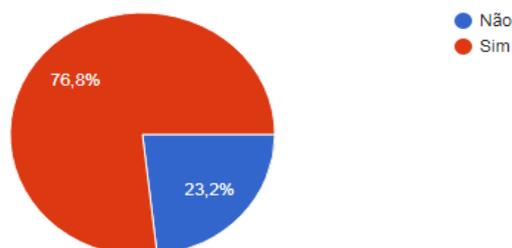
Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

Segundo os dados, 78,6% relataram que não foram perseguidas na universidade e 21,4% disseram que sim. É difícil imaginar uma estudante sendo perseguida dentro de um espaço, onde todos deveriam buscar agregar conhecimentos e valores mesmo a amostra sendo menor para a negativa, é um dado relevante pela gravidade da situação, que normalmente deixa a pessoa com a mente perturbada pela sensação de insegurança e medo que qualquer tipo de perseguição produz. Outro dado relevante é que 67,9% já sentiu medo de frequentar algum ambiente do CAHL, contra 32,1%.

Gráfico 15

Você já passou por alguma situação na universidade que lhe deixou com a autoestima baixa?

56 respostas



Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

Este é um dado lamentável, 76,8% das discentes já terem ficado com baixa autoestima por estarem em um ambiente universitário, no imaginário das pessoas do senso comum, é como se essas mulheres, agora imbuídas de conhecimento não mais sofressem esse tipo de mazela. E essa face da violência é perigosa, pois o indivíduo começa a pensar que não vale

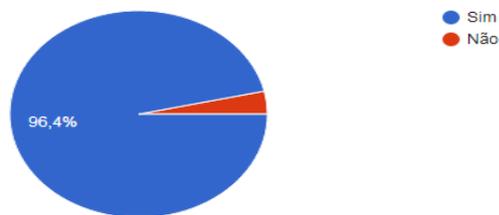
apena esta buscando uma formação intelectual, produzindo sentimento negativo com relação a si próprio. Para Casique e Furegato (2006) “dentre as consequências para a saúde da mulher podem-se destacar, as complicações físicas e as psicológicas que produzem incapacidade importante na mulher sem esquecer as consequências sociais.”

Quando questionadas em qual núcleo da universidade recorreria em caso de violência em primeiro lugares que não sabe estão em maior numero, em segundo aparecem as que procurariam a PROPAE, outras a coordenação do curso e a do CAHL, em meio a esse questionamento surge denúncias graves de discentes que foram vitimas de violência e ouviram por parte de responsáveis do CAHL que eles não tinham autonomia para agir nesses casos, orientando por fim a abrir um processo, mas sem nenhuma garantia de que a violência cessaria, outras relataram que buscaram, mas não foram acolhidas. Percebemos assim a fragilidade da universidade para lidar com esse tipo de situação na prática.

Gráfico 16

Você acha importante se discutir sobre violência psicológica dentro da universidade?

56 respostas



Fonte: BANCO DE DADOS DA PESQUISA, Google Forms.

Observa-se que 96,4% acreditam que a discussão sobre violência psicológica é importante dentro da universidade, percebemos assim a urgência de um estudo, assim como uma publicação mais ampla dessa expressão da violência de gênero e seja no meio acadêmico, redes sociais e grande mídia, como a parte sensacionalista divulgam mais os casos de violência física, se existisse um olhar mais criterioso e verdadeiramente com intuito de instruir outras mulheres, para que não sejam as próximas vitimas, seria muito mais importante do que só mostrar as mortes e etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou trazer uma contribuição para a discussão no que se refere à violência de gênero, com interface a violência psicológica praticada contra as mulheres de um curso universitário, através do entendimento das discentes que vivenciaram esta faceta da violência doméstica e intrafamiliar ou que presenciaram alguma colega sofrer, considerando suas características e singularidades por acontecer dentro de um ambiente de ensino. Todavia se faz indispensável mais pesquisas e estudos sobre essa temática, para que possa ser utilizado como meio de uma libertação, pois entendemos que quem liberta de fato as mulheres é o conhecimento. Por isso é preciso resgatar conceitos que possam de fato contribuir para o enfretamento dessa barbárie, sobre isso o Feminismo Negro, juntamente com o movimento de mulheres negras contribui quando diz:

[...] foram as práticas interseccionais que cunharam, de forma irreversível, esse conceito no rol de ações e estratégias de luta de todos os movimentos por emancipação e libertação sócio-política (JOICE BERTH, 2019, p.125).

Percebemos assim a importância do Movimento de Mulheres Negras, estas que sofreram e ainda sofrem duplamente com racismo e a discriminação de gênero, por isso é de suma importância o debate de conceitos que de fato visam a mudança da ordem estabelecida, numa perspectiva de igualdade e superação de todo tipo de violência. Como retrata Djamila Ribeiro quando analisa que pensar em interseccionalidade é ter a percepção de que não pode existir preferência de uma situação opressora sobre outras, e se estas são estruturantes, convém romper com a estrutura. (RIBEIRO, 2016, p.101)

No curso de Serviço Social se discute sobre emancipação, no entanto a análise desta pesquisa nos revelou um cenário onde também ocorre a prática da violência psicológica por docentes e discentes (homens e mulheres). Compreendemos que se faz indispensável pensar em estratégias que vá além das palestras e seminários sobre o tema que são promovidos pela instituição e diversas disciplinas e se coloque serviços e atendimentos integrais, de forma humanizada as discentes vítimas de violência dentro do ambiente universitário, podendo ir além, ao identificar os agressores(as), adotar medidas para que sejam punidos e adote um meio de reeducação para que os mesmos não façam mais vítimas. Notamos também uma realidade de desesperança pelas discentes em relação a que setor procurar dentro da universidade, assim como a porcentagem das que não sabem a quem recorrer dentro desse

espaço. Diante dessa questão, percebemos a fragilidade da instituição no que se refere ao enfrentamento da violência psicológica que ocorre dentro dos seus muros.

Para que os objetivos fossem alcançados, utilizamos de referências bibliográficas e entrevista semi-estruturada, feita com cinquenta e seis discentes do curso de Serviço Social. Diante das entrevistas pôde –se constatar a falta de um entendimento sobre a violência psicológica, analisando as respostas, percebemos que o conhecimento ainda é insuficiente , demonstrando que as mulheres pouco conhecem dessa dimensão da violência de gênero, e por conta disso se tornam mais vulneráveis.

Portanto, o presente trabalho discute coisas do universo feminino dentro de uma estrutura pública universitária, contribuindo para a percepção de como as mulheres que chegam na universidade compreendem o campo da violência psicológica, onde a própria estrutura de política pública diz que a violência cometida contra a mulher só será tratada quando chegar nas vias de fato.

Recentemente vimos isso acontecer com uma das discentes do curso em questão, diante da falha da aplicação da Lei Maria da Penha, no que se refere a medida protetiva que a vítima conseguiu da justiça, a qual não foi cumprida, causando assim a morte da mesma de uma forma bruta, mexendo com toda a estrutura da universidade, principalmente das discentes, pois o sentimento de revolta e insegurança toma conta, pois não existe garantias de que outras mulheres não sofrerão. Diante do exposto tem-se a consciência que esse lamentável episódio de alguma forma corroborou para o fomento dessa pesquisa, cujo resultados mostram que a maioria das estudantes já sofreram algum tipo de violência, fora do ambiente universitário, desta forma se torna necessário a criação de algum mecanismo de acolhida e acompanhamento dessas mulheres.

Concluimos que os objetivos da presente pesquisa foram alcançados, pois conseguimos ver as múltiplas expressões da violência contra a mulher, assim como ocorre a prática da violência psicológica tanto no ambiente doméstico, como no universitário, que é nosso foco. Constata-se, portanto, a real necessidade da universidade ser um sujeito ativo, tendo como premissa a transmissão do conhecimento científico e, sobretudo humano, para que neste espaço de poder, democracia e igualdade, os direitos de todos de fato seja respeitados, principalmente no que se refere à vida e a integridade psicológica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA VALE DE, MIGUEL. **Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um Caso do Sul de Portugal**. 1995.

ARAUJO, Emanuel, Mary Del Priori (org.). BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo : Contexto, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Capa de Fernando Lemos. 2. Ed. 1967.

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa. **Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação**. (SciELO e Web of Science 2016 e 2017). Universidade Federal de São Carlos. 136 f. São Carlos. 2018.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. 1º edição. São Paulo. Polén. 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Bíblia Ave-Maria. Editora Ave-Maria. Disponível em: <<https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria>>. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Cartilha, Brasília. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. 2011.

_____. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340/2006 – Cartilha**, 2011.

_____. **Lei 11.151/2005**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11151.htm. Acesso em 03/12/2019.

CASIQUE, Leticia Casique. FUREGATO, Regina Ferreira. **Violência contra mulheres: reflexões teóricas**. **Rev Latino-am Enferma**. 2006.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. "**Convenção de Belém do Pará**", 1994.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. ALVES, Ana Elizabeth Santos. Educação e violência nas relações de gênero: reflexos na família, no casamento e na mulher. **Em aberto**. Brasília. V.27. n. 92. P.69-88. Jul/Dez. 2014.

_____. SOUSA, Rita de Cássia Barbosa de. **Violência Psicológica Contra a Mulher: Dor Invisível**. 2017.

DAY, Vivian Peres. Et. Al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **R. Psiquiatr.** RS, 25 (suplemento 1): 9-21, abril, 2003.

DRUMONT Pimentel, Mary. **Elementos Para Uma Análise Do Machismo**. 1980.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

Dossiê apresentado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. **A BAHIA E A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES**. Salvador, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2019**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

KRIEGER, Antonacci Mauricio. **Dos direitos fundamentais: direito à vida**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/33718/dos-direitos-fundamentais-direito-a-vida>>. Acesso em: 15 de Dez de 2019.

LENARTOVICZ, Marcia Aparecida. **O papel da mulher nas diferentes tradições religiosas: estudo de gênero como material pedagógico no ensino fundamental**. 2 volume. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. **Uma perspectiva pós-estruturalista**. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, p. 14-36, 1997.

MEDRADO, Benedito (org). et al. **Homens e masculinidades**: práticas de intimidade e políticas públicas. Recife: Instituto PAPAI, 184p. 2010.

MIGUEL Felipe, Luis. **Voltando à Discussão sobre Capitalismo e Patriarcado**. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 23-26, mar. 2005.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em 12 de dez de 2019.

NARDI, Henrique Caetano. Et. Al. **O “armário” da universidade**: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Teoria e Sociedade*. Nº 21.2 - Julho-Dezembro, 2013.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão ~criativa. **Psicol. Soc.** Porto Alegre, v.18. n.1. p.49-55, Abr, 2006.

OPAS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS; 2002.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. [tradução Angela M. S. Côrrea]. São Paulo: Contexto. 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PRIORE, Mary Del (org.). BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo : Contexto, 2004.

_____, Mary Del. **Conversas e histórias de mulher**. 1 ed. São Paulo:Planeta, 2013.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro**: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. 2014.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O Que Mudou na Família Brasileira?:** da Colônia à Atualidade. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes:** mito e realidade; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 384p. 1976.

_____, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. **GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA.** TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history.* New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Luciene Lemos da. COELHO, Elza Berger Salema. CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência Silenciosa: Violência Psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunic. Saúde. Educ.** V 11. N 21. P.93-103. Jan/Abr, 2007.

SOUZA, Terezinha Santos Martins. **Patriarcado e Capitalismo:** Uma Relação Simbiótica. 2016.

SOUZA, Hugo Leonardo de. CASSAB, Dr^a Latif Antônia. **Feridas que não se curam:** A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina. 24 e 25 de junho, 2010.

SINARA VERA (org) et al. **Universidades e redes de atenção à saúde.** Cruz das Almas/BA: UFRB, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **O ensino superior brasileiro:** novas configurações e velhos desafios. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 73 –89. Editora UFPR, 2008.

SANTOS, Cenilza Pereira dos; SOARES, Sandra Regina. Aprendizagem e relação professoraluno na universidade: duas faces da mesma moeda. **Est.Aval.Educ.** São Paulo, v.22, n.49, p.361, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Questionário para TCC 2019.2

Mulher universitária, Você está sendo convidada a responder este questionário que faz parte de uma das etapas do trabalho de conclusão de curso da discente Maria José Almeida Santos, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Centro de Artes Humanidades e Letras do Curso de Serviço Social sob a orientação da professora Dra. Marcela Mary José da Silva. Cujo tema é “Violência Psicológica contra Mulheres em Ambiente Universitário” e tem por objetivo compreender de que forma as mulheres percebem ou vivenciam essa situação de violência nesse espaço e o que elas pensam sobre essa temática. Caso você concorde em participar da pesquisa, voluntariamente, acesse o link. Antes, é preciso que saiba dos seguintes pontos: você é livre para se recusar a responder questões que lhe cause constrangimento; sua identidade será mantida em sigilo; este questionário é de preenchimento individual; e as respostas são confidenciais; toda produção oriunda dessa coleta será encaminhada para o seu e-mail como retorno de pesquisa. Desde já agradecemos a cooperação. *Obrigatório

Dimensão 1: Perfil socioeconômico

1. Nome

2. E-mail

3. Qual seu semestre letivo em 2019.2? * Marcar apenas uma oval.

1º semestre

2º semestre

3º semestre

4º semestre

5º semestre

6º semestre

7º semestre

8º semestre

Desemestralizado

4. Qual sua idade? * Marcar apenas uma oval.

De 25 a 29

De 60 acima

De 18 a 24

De 41 a 59

De 30 a 40

5. Qual sua raça? * Marcar apenas uma oval.

Branca

Negra

Parda

Amarela

6. Qual sua orientação sexual? * Marcar apenas uma oval.

Hétero

Homossexual

Bissexual

Outro:

7. Onde você reside? * Marcar apenas uma oval.

República institucional

Casa alugada compartilhada

Casa própria

Casa alugada individual

Outro:

8. Você trabalha? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

9. Você é a primeira pessoa da sua família a frequentar um curso universitário? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

Dimensão 2: Percepção, Prevenção e Proteção à Violência

10. Para você o que é violência psicológica contra a mulher? *

11. Você já se sentiu constrangida, na universidade, por alguma pergunta e/ou comentário? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

12. Você já presenciou alguma situação de violência psicológica contra a mulher, dentro do ambiente universitário? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

13. Em sua opinião, a violência psicológica é divulgada da mesma forma que as demais formas de violência? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

14. Você sabe quais são os órgãos que devem ser acionados em caso de violência contra a mulher? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

15. Qual órgão você acionaria caso sofra ou presencie violência contra a mulher? *

Dimensão 3: Violência Psicológica sofrida pelas universitárias

16. Você já foi alvo de violência psicológica dentro ou fora da universidade? * Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim. Dentro da universidade.
- Sim. Fora da universidade.

17. Dentro da Universidade, qual desses tipos de violência psicológica você já sofreu? assinale: * Marque todas que se aplicam.

- Nenhum
- Ofendida
- Xingada
- Intimidada
- Insultada
- Constrangida
- Perseguida
- Ridicularizada
- Isolada
- Chantageada
- Agredida pela forma de expor pensamentos
- Agredida pela forma de se vestir
- Agredida pela forma de falar
- Menosprezada na aula
- Já teve suas ações controladas

- Sofreu ameaças
- Vigiada constante
- Já foi difamada
- Outras desqualificações

18. Quem foi que praticou essa violência psicológica contra você. * Marcar apenas uma oval.

- Uma discente
- Um discente
- Uma professora
- Um professor
- Uma funcionária da universidade
- Um funcionário da universidade
- Nenhum

19. Fora da Universidade, qual desses tipos de violência psicológica você já sofreu? Assinale:

* Marque todas que se aplicam.

- Nenhum
- Ofendida
- Xingada
- Intimidada
- Insultada
- Constrangida
- Perseguida
- Ridicularizada
- Isolada
- Humilhada
- Chantageada

- Agredida pela forma de se vestir
- Agredida pela forma de falar
- Menosprezada na aula
- Já teve suas ações controladas
- Sofreu ameaças
- Vigida constante
- Difamada
- Outras desqualificações

20. Quem praticou essa violência psicológica contra você? Marcar apenas uma oval.

- Um parente
- Uma parente
- Um companheiro
- Uma companheira
- Um desconhecido
- Uma desconhecida
- Nenhum

21. Você já presenciou alguma situação de violência psicológica dentro da Universidade? * Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim

22. Você já sofreu assédio sexual dentro da Universidade? * Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim

23. Alguma colega sua já sofreu assédio sexual dentro da universidade? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

24. Já teve fotos ou vídeos repassado sem sua autorização? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

25. Você já foi perseguida por alguém dentro da universidade? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

26. Você já sentiu medo de frequentar algum lugar da Universidade? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

27. Você já passou por alguma situação na universidade que lhe deixou com a autoestima baixa? * Marcar apenas uma oval.

Não

Sim

28. Qual núcleo ou setor da universidade você recorreria caso sofra ou presencie violência contra mulher? *

29. Você acha importante se discutir sobre violência psicológica dentro da universidade? Marcar apenas uma oval.

Sim

Não